



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 083/084

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JULHO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 083

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 09

Dep. Luciana Rafagnin 09

Dep. Elton Welter 11

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin 10

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 16

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 23

3ª Discussão 23

1ª Discussão 24

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 084

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 28

Presenças 28

Abertura da Sessão 28

Expediente:

Requerimentos 29

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 29

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 30

3ª Discussão 31

2ª Discussão 31

1ª Discussão 31

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 38

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 083

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Indicações04

Requerimentos04

Projetos de Lei.....07

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira09

Dep. Luciana Rafagnin.....09

Dep. Elton Welter11

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello11

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin..... 10

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 16

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 18

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final..... 23

3ª Discussão 23

1ª Discussão 24

Requerimentos..... 26

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 083

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Car-

los Simões, Geraldo Cartário, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Ney Leprevost (07).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 170/08

SÚMULA:

Solicita a recuperação asfáltica da Rodovia BR-476 - Rodovia do Xisto - no trecho que compreende o Km 143,5, até o Km 154, entre os municípios de Curitiba e Araucária/PR.

Ao Exmo. Sr. David José de Castro Gouvêa, Superintendente Regional do Estado do Paraná, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a recuperação asfáltica da Rodovia BR-476 - Rodovia do Xisto - no trecho que compreende o Km 143,5, até o Km 154, entre os municípios de Curitiba e Araucária/PR.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O trecho que compreende o Km 143,5 até o Km 154, localizados entre os municípios de Araucária e Curitiba está em péssimas condições, o que acarreta perigo a vida dos motoristas e pedestres que por ali trafegam.

Com o asfalto extremamente danificado pela ação do tempo e pelo alto tráfego de veículos leves e pesados, o trecho tem representado grande risco a segurança das pessoas, bem como, causado danos patrimoniais aos veículos acima mencionados.

Deste modo, sugerimos a recuperação asfáltica do trecho que compreende o Km 143,5 ao Km 154, já mencionados anteriormente, por se tratar de Segurança Pública e ser de grande interesse da população.

INDICAÇÃO Nº 171/08

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Escola Estadual no distrito de Floriano.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Escola Estadual no distrito de Floriano.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade do distrito de Floriano, que há muito reivindica a construção de uma Escola Estadual.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 172/08

SÚMULA:

Sugere a construção de um hospital no distrito de Iguatemi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de um hospital no distrito de Iguatemi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade do distrito de Iguatemi, que há muito reivindica a construção de um hospital no distrito de Iguatemi.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 173/08

SÚMULA:

Sugere a construção de um Posto do Corpo de Bombeiros no distrito de Floriano.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de um Posto do Corpo de Bombeiros no distrito de Floriano.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade do distrito de Floriano, que há muito reivindica a construção de um Posto do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário a autorização de V. Exa. para realização da 2ª Conferência Latino-Americana de Preservação ao Meio Ambiente, que se realizará no dia 09 de outubro do corrente, às 9h no plenarinho desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 286/08, que visa acrescentar e alterar os dispositivos que especifica, das Leis nº 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças), 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ENIO VERRI

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária no dia de amanhã, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por cinco Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 286/08, item 07, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Douglas Fabrício.

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal de Itaipulândia, Sr. Vendelino Royer, ocorrido no dia 08 do corrente, e que seja remetida cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com profunda tristeza a notícia do falecimento do Prefeito Municipal de Itaipulândia, Sr. Vendelino Royer, pessoa da nossa mais estreita amizade, casado, pai de dois filhos, que cumpria seu primeiro mandato como Prefeito da cidade de Itaipulândia.

Vendelino era professor pertencente ao quadro de funcionários do estado, foi Secretário de Administração Municipal, tendo durante seu mandato como Prefeito demonstrado preocupação em administrar com austeridade a sua cidade, e com competência e dedicação viabilizou obras de suma importância para aquela comunidade.

Seu falecimento deixa uma grande lacuna naquela sociedade, onde era muito querido, perdendo aquela comunidade um de seus filhos mais ilustres que dedicou parte de sua vida na busca do desenvolvimento social e econômico da cidade, e da melhor qualidade de vida e bem-estar de seus munícipes.

Deixamos assim registrado nos Anais desta Casa o seu passamento e o nosso reconhecimento pelo seu profícuo trabalho em benefício dos itaipulandenses.

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Secretaria de Estado da Educação, informar, a proposição de convênios firmados e repasses de recursos à organização não governamental ARCAFAR, o que segue:

a) Quais objetivos motivaram a formalização de convênios com a ARCAFAR? Juntar cópia dos convênios firmados.

b) Quais despesas da referida ONG podem ser custeadas com os recursos públicos a ela repassados?

c) ARCAFAR presta contas das atividades que desenvolve e que são custeadas com recursos públicos? Juntar cópia dos relatórios de prestação de contas, por município e ano a ano, informando o número de alunos atendidos, a respectiva formação técnica/pedagógica que cada aluno obteve, os índices de frequência e de evasão.

d) Em relação aos recursos repassados à ARCAFAR, ano a ano, informar e juntar cópias das prestações de contas feitas pela ONG ao órgão repassador dos recursos, bem como prestações de contas desse órgão ao Tribunal de Contas.

e) Quantos e quais são os empregados contratados diretamente pela ARCAFAR em cada município, nos anos de 2005 a 2008?

f) Quantos e quais são os empregados de outras empresas/entidades prestando serviços à ARCAFAR para efeito de cumprimento das condições estipuladas nos convênios firmados com o estado, em cada município, nos anos de 2005 a 2008?

g) Quantos e quais são os servidores públicos estaduais colocados a disposição ou cedidos à ARCAFAR, em cada município, nos anos de 2005 a 2008?

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL e VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, convida, nos termos do artigo 29, VII, X, XII e XIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, as autoridades, Presidentes de empresas e representantes de entidades abaixo relacionadas para, no âmbito da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, tratar da redução e eliminação das sacolas de plástico convencionais.

1. Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

2. Representante do Ministério Público Estadual na área de meio ambiente.

3. Representante legal da Plastivida - entidade que representa a indústria de plástico.

4. Presidente das redes de Supermercados Carrefour, VWS Supermercados do Brasil (que engloba os estabelecimentos Wal Mart, Big e Mercadorama) e a Companhia Brasileira de Distribuição (que integra as lojas Pão de Açúcar e Extra).

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Segundo matéria veiculada pelo Jornal Gazeta do Povo, em 02/07/08, página 11, uma “campanha para redução do uso de sacolas plásticas nos supermercados de Curitiba e Florianópolis (SC) será lançada neste mês pela Plativida, organização de iniciativa da indústria do plástico. O objetivo é reduzir o consumo em 30%, oferecendo ao consumidor sacolas plásticas mais resistentes. O engenheiro químico e Presidente da Plastivida, Francisco de Assis Esmeraldo, afirmou que essa estimativa de diminuição do consumo é conservadora”.

Já o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Rasca Rodrigues, repudia a referida campanha. Segundo o Secretário, “plástico não é vida e esta sacola mais grossa pode até ser mais resistente, mas ainda polui. Aumentar a espessura das sacolas significa vender mais resina plástica, consumir mais derivados de petróleo, estender a vida útil da sacola na natureza; enfim, ampliar o volume do passivo ambiental. Ou seja, esta campanha não atende a política de resíduos sólidos praticadas no

Paraná, que busca diminuir a quantidade de plástico nas embalagens.

Os supermercados genuinamente paranaenses - como Condor, Muffato, Cidade Canção, Planalto e Cristal - já trocaram o plástico convencional por outros materiais na confecção das sacolas. Apenas três grandes redes não fizeram a mudança: Carrefour, WMS Supermercados do Brasil (que engloba os estabelecimentos Wal Mart, Big e Mercadorama) e Companhia Brasileira de Distribuição (que integra as lojas Pão de Açúcar e Extra).

O objetivo dessa Audiência seria confrontar ambas as posições e afirmações, tendo em vista que em breve será votado o projeto sobre o assunto nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Pirajá Tadeu Maciel.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia doze, faleceu nesta capital o funcionário público estadual, Sr. Pirajá Tadeu Maciel, com 55 anos de idade era filho de Leônidas Maciel e Maria Terezinha Cordeiro Maciel, deixou viúva Dona Joceli Terezinha Vani Maciel, deixou ainda duas filhas Patrícia e Rafaela.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, dileto amigo Pirajá Tadeu Maciel, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Maciel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do

Sr. Pirajá Tadeu Maciel, então Chefe de gabinete da Paraná Esportes, em razão de seu falecimento no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Sr. Tenente-Coronel Dário Natan Bezerra, então Comandante do 3º Grupamento do Corpo de Bombeiros de Londrina, em razão de seu falecimento no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, com o consentimento do Plenário desta Casa Legislativa, o envio de efusivas congratulações ao município de São Pedro do Iguaçu pela passagem de seu 18º aniversário de emancipação política, e cujas festividades acontecem desde o último dia 29 de junho e se estendem até o próximo dia 16 de julho.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se também seja dada ciência ao Prefeito Municipal do município homenageado, Sr. Jurandir Alves de Oliveira, ao Vice-Prefeito, Sr. Jacir Dalbosco e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Silmar José Cechin.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, em seu nome e da comunidade lituana residente no estado, REQUER votos de congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da Lituânia, Sr. Valdas Adamkus, bem como à sua comitiva e empresários lituanos, por sua visita ao Paraná nos dias 15 a 17 de julho de 2008, cumprimentando o Governo da Lituânia e seus concidadãos.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao advogado e professor de Direito

Processual Penal da UFPR, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O advogado paranaense Jacinto Nelson de Miranda Coutinho é um dos nove juristas que compõe a Comissão Especial de Reforma do Código de Processo Penal do Brasil. A idéia é modernizar o atual código, de 1941, e compatibilizá-lo com a Constituição de 1988.

Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Paraná e Procurador do Estado, o jurista acredita que as mudanças tornarão a Justiça mais ágil e conseqüentemente, vão ajudar no combate à violência.

“Você pode até não ter um modelo absolutamente novo, mas ele precisa ser eficaz. A sociedade não fica de braços cruzados esperando pela lei”, diz Miranda Coutinho.

O Código de Processo Penal (CPP) data de outubro de 1941, editado por decreto-lei em pleno Estado Novo. Embora tenha sofrido várias alterações pontuais, o CPP vem resistindo às tentativas de reforma mais abrangente. Depois da Constituição de 1988, que tanto ajudou a oxigenar a interpretação das normas de processo penal por parte dos tribunais, o parlamento brasileiro ainda não teve a oportunidade de se dedicar à reforma integral, de modo a reforçar o movimento de convergência ao novo paradigma constitucional.

Em relevante entrevista concedida ao Jornal Gazeta do Povo de 13 de julho, diz Miranda Coutinho:

“Em alguns aspectos, a lei é um estorvo, foi projetada para regular uma outra situação de vida que está perdida no passado. Discutimos hoje, por exemplo, sobre o uso de algemas na atividade policial. Era um instrumento que não existia em 1941!”

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 319/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação TV Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Fundação TV Beltrão presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo e incentivando atividades educativas, culturais e artísticas através da produ-

ção de programas no Sistema Nacional da Televisão Educativa. Por meio de sua programação a entidade visa proporcionar ao povo paranaense o acesso facilitado ao conhecimento.

Pela importância do serviço prestado por esta entidade à nossa sociedade é que esta Deputada propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 320/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório que bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, divulguem as seguintes informações - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos:

I - calorias;

II - a presença de glúten;

III - a concentração de carboidratos, incluindo-se a lactose;

IV - a concentração de triglicérides, colesterol, fibras, sais minerais como sódio, cálcio, ferro, potássio, e vitaminas.

Art. 2º Os estabelecimentos descritos no artigo deverão adaptar seus cardápios para que os mesmos contenham as informações instituídas pela presente lei.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que não possuam cardápios deverão atender aos dispositivos da presente lei por meio de fixação de impressos, cartazes ou placas, desde que fiquem visíveis e legíveis a todos os consumidores.

Art. 3º As escolas da rede pública poderão implementar as tabelas nutricionais de que trata a presente lei, conforme o disposto nos incisos I a IV do artigo 1º desta lei.

Art. 4º O descumprimento desta lei sujeita o infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), acrescido de duas vezes o valor do item mais caro do cardápio ou similar do estabelecimento.

Parágrafo Único. A cada reincidência o valor da multa será aplicado em dobro, triplo, quádruplo e assim sucessivamente.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de noventa (90) dias para que os estabelecimentos se adaptem às disposições desta lei.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento das disposições desta lei será feita pela Secretaria de Estado da

Saúde do Paraná, que deverá observá-la no ato de suas inspeções.

Art. 7º Esta lei será regulamentada pelo Poder Público decorrido o prazo de sessenta (60) dias de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Desde a promulgação do Código de Defesa do Consumidor o Brasil vem propugnando por garantir o direito do consumidor em saber todas as informações sobre os produtos ou serviços que adquire. Assim, quando compra qualquer alimento, o consumidor tem o direito de saber onde o produto foi produzido, sua data de fabricação e validade, assim como os ingredientes que o compõe, dados estes que formam sua tabela nutricional. Mesmo nas padarias e confeitarias a venda de alimentos está sujeita à obrigação da divulgação dessas informações.

Entretanto, o consumidor quando adquire um alimento em um restaurante ou similar não recebe qualquer informação sobre o produto. O consumidor não sabe os valores calóricos, os valores nutricionais, ou se o determinado prato ou bebida possui lactose, glúten, ou açúcares, produtos proibidos para uma grande parcela da população, por afetar diretamente sua saúde. Obrigar todos os estabelecimentos descritos no presente projeto de lei a divulgar estas informações garantirá ao consumidor o conhecimento necessário acerca dos alimentos e bebidas adquiridos, mantendo, assim, uma saudável relação de consumo e de qualidade de vida.

Contudo, não só sob o ponto de vista do Direito do Consumidor observa-se a importância do presente projeto de lei. Muitos paranaenses, assim como ocorre com toda a população mundial, possuem alergias e intolerâncias à lactose, ou não podem ingerir alimentos ou bebidas que contenham glúten, além é claro dos casos de diabetes.

Sem informações adequadas sobre os produtos que estão adquirindo, os paranaenses são obrigados a sempre questionar sobre os ingredientes que compõe, os alimentos que irão ingerir, o que causa constrangimento e insegurança, uma vez que estas informações nem sempre são precisas ou corretas. Garantir as informações obrigatórias pelo presente projeto permite mais segurança a todos os paranaenses.

Outra situação que vem se tornando cada vez mais um problema de saúde pública é o excesso de peso. Garantir a todos os consumidores a informação acerca dos valores calóricos dos produtos permite um controle maior de todos.

Poderá ser questionado que muitos estabelecimentos não terão como arcar com o pagamento de um profissional especializado em nutrição para calcular o valor

nutricional dos alimentos. No entanto, a aplicação das medidas propostas no presente projeto de lei não requerem, obrigatoriamente, desembolso para este fim, uma vez que todos os alimentos estão catalogados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e disponíveis no site para consulta.

Há que se destacar que, ainda que os cálculos das tabelas nutricionais não sejam exatos, para todas aquelas pessoas que possuem qualquer das doenças relacionadas às intolerâncias permanentes, a informação da presença ou não de um determinado componente no produto a ser consumido pode evitar um quadro de mal-estar e até mesmo complicações mais sérias à saúde.

Desta forma, a única despesa que será acrescida aos estabelecimentos é a nova confecção de cardápios, de cartazes ou similares, conforme o caso, com as especificações ora previstas, montante financeiro facilmente passível de ser absorvido por qualquer estabelecimento, notadamente quando a intenção da lei é garantir um bem maior, que é a saúde de toda a população, motivo pelo qual o presente projeto de lei é de suma importância e deve contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de fazer um comunicado a este Plenário, aos Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sobre a Audiência Pública da Secretaria de Estado da Fazenda referente ao 1º quadrimestre de 2008, a realizar-se no dia 16 do corrente mês. Portanto, amanhã, quarta-feira, às 10h, no plenarinho desta Casa de Leis. Comunico portanto a todos os Srs. Deputados e Deputadas desta Casa.

Passamos neste momento ao Pequeno Expediente.

O primeiro orador inscrito na tarde de hoje é o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Íamos falar do episódio que abalou todo o oeste do Paraná, que foi o assassinato do Prefeito de Itaipulândia. Mas para não prejudicar as investigações, a boa notícia é que hoje o Secretário da Segurança deve fazer uma coletiva e anunciar, não só o mandante, mas também a prisão dos assassinos.

Por isso declinamos a palavra. Esperamos o pronunciamento oficial do Secretário. Algo que vai tranquilizar, não só a população de Itaipulândia, mas toda a nossa região, que quer ver, de uma vez por todas, abolida essa prática na política, que ceifa, muitas vezes, um pai de família.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente passaremos ao Horário das Lideranças.

(Passa a presidência ao Deputado Nelson Justus)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de agradecer todos os Parlamentares pelo voto favorável ao projeto de minha autoria. Esse projeto vem ao encontro dos cuidados com o nosso ambiente. Já me pronunciei anteriormente e citei o exemplo importante do que está acontecendo no sudoeste, com relação à preservação das fontes naturais.

Quando falamos de cuidar do meio ambiente, não existe pensar sempre que a outra pessoa é responsável por cuidar do nosso meio ambiente. Precisamos começar pela nossa casa, Deputado Teruo. Precisamos saber o que estamos fazendo para preservar o nosso meio ambiente.

Nesse sentido, há dois anos, o movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Núcleo Sindical do Sudoeste do Paraná, que reúne cerca de 29 municípios, começou esse debate e trabalhou com a questão da preservação das fontes ou das minas naturais de água. Hoje, este projeto atende 29 municípios, com cerca de 60 a 70 famílias por município. O projeto está sendo desenvolvido numa parceria com a PETROBRAS e, também, com os municípios. Em muitos lugares, a Prefeitura Municipal está participando, a EMATER está participando junto com o movimento sindical, junto com entidades que trabalham com agricultura familiar. É nesse sentido que apresentamos o projeto que, hoje, está em 3ª discussão, que institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção das Minas Naturais de Água no estado do Paraná.

A preocupação é justamente fazer com que o nosso estado possa levar a todas as regiões esse programa que temos no sudoeste, hoje, esse trabalho que tem na preservação das minas naturais, aperfeiçoando ainda mais e melhor. O estado então vai implantar isso em todas as regiões, em todo nosso estado do Paraná. Já conversava com o Governador Roberto Requião, já apresentamos este projeto para o Governador e ele achou que o projeto é bom, que o projeto é importante. O Deputado Cheida apresentou uma emenda que, acredito, vem melhorar ainda mais o nosso projeto. Vejo que assim é que, realmente, vamos fazer com que o estado possa fazer ainda algo a mais pensando e cuidando do nosso meio ambiente.

Quero agradecer a todos os Parlamentares que apoiaram este projeto, todos votaram favorável, e espera-

mos, realmente, a sanção deste projeto e esperamos, assim como hoje já vem sendo desenvolvida essa parceria com o estado, que possamos levar para todas as regiões do nosso estado esse programa.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Obrigado, Deputada Luciana. Na verdade, quero cumprimentá-la pelo projeto, pela aprovação do projeto e pela iniciativa. V. Exa. que tem uma relação extremamente próxima e foi eleita não só pelo sudoeste, pelo estado todo, mas principalmente pelo sudoeste e pelos pequenos produtores rurais, sabe o quanto é importante e necessário. Diria que mais do que importante é necessário preservar as fontes de água que temos, como é o projeto que V. Exa. tem, estamos, na verdade, plantando para o futuro.

Acho que a iniciativa sua deveria - Deputada Luciana, se V. Exa. me permite - ser objeto inclusive de divulgação nacional, porque um projeto como este, da forma como foi feito, da forma como foi elaborado, e acredito que o Governador Requião vá sancioná-lo, pois não há nenhuma razão para que não o faça, vem ao encontro exatamente da preocupação maior que temos, hoje, não só no Paraná, no Brasil, na América Latina, mas no mundo todo, que é preservar as nossas fontes cada vez mais escassas de água.

Digo isso porque, recentemente, tivemos, inclusive aqui em Curitiba, uma cena bastante peculiar: uma chuva muito grande fez com que numa área da cidade, que é considerada uma área residencial de edifícios de alto padrão, ficasse por cerca de 12 horas completamente intransitável porque estava alagada. Por que ela estava alagada? Porque um dos prédios, ao fazer sua fundação, fez exatamente em cima de uma área que, primeiro, era uma área de preservação porque era uma fonte de água, depois, ela foi canalizada e fizeram o prédio com suas fontes em cima da canalização. Isso mostra praticamente o despreparo, o desprezo que se tem com as fontes que ainda temos em Curitiba, nas cidades do interior do Paraná. Então, seu projeto é extremamente importante.

Parece-me que, talvez, não tenhamos atentado para o alcance que terá no Paraná e espero, Deputada Luciana, que a senhora possa divulgar nacionalmente porque acredito que um projeto como este, se colocado a nível nacional, como um projeto estadual ou mesmo como projeto federal, poderá fazer com que muitas das nossas nascentes, das nossas fontes que não são preservadas possam vir a ser. Certamente, a senhora estará fazendo aquilo que nós - além de esperarmos e sabíamos que a senhora iria fazer como Parlamentar - esperamos que seja feito por todos, que é preservar o meio ambiente e preservar para

as futuras gerações aquilo que de melhor elas têm que é a água.

Muito Obrigado. Parabéns pela aprovação do projeto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Deputado Tadeu.

Sei que V. Exa. é um grande defensor, tem trabalhado muito também e tem essa grande preocupação para com o nosso meio ambiente. Pode ter certeza, Deputado Tadeu, que esperamos que esse projeto seja sancionado, como o próprio Governador, que analisou muito rapidamente o projeto, disse que era favorável. Esperamos que logo ele possa ser implantado em todas as regiões do nosso estado, como uma forma de tentar conter um pouco a perfuração dos poços artesianos, que é o que vem destruindo muito a nossa natureza e o nosso meio ambiente. Temos uma preocupação muito grande. Sabemos que em muitos casos a única alternativa que resta é a perfuração do poço artesiano, mas sabemos que isso traz um prejuízo enorme para o nosso meio ambiente. Esse projeto vem no sentido de preservar o que já temos e fazer com que o agricultor possa manter a sua fonte natural, pensando na qualidade de vida deles.

Aproveitar a oportunidade, Presidente, para dizer que amanhã o Presidente Lula assina o projeto que vai para o Congresso, para ser votado, que cria a Universidade Fronteira Sul. Essa universidade que muitas vezes falamos aqui quando estávamos na luta para conquistá-la, para que o Paraná fosse contemplado. O Paraná vai ser contemplado com duas novas universidades federais: a UNILA, que vai ser implantada na região de Foz do Iguaçu - todos os Deputados daqui da região de Foz do Iguaçu sabem e têm acompanhado esse processo - e a Fronteira Sul, que é a que acompanhamos desde o início, na região sudoeste do Paraná. O Paraná será contemplado com dois *campi* no município de Laranjeiras do Sul, com um *campus* com três cursos e também no município de Realeza, onde contará com três cursos.

O Paraná está sendo bastante contemplado com duas universidades federais, com novos cursos que vêm aí. Com certeza, isso abre as portas para que muitos jovens, para que muitas pessoas possam ter um curso superior, sabendo que ele é público, vem de uma universidade federal. A Fronteira Sul, o Presidente Lula assina esse projeto que vai encaminhar à Câmara, para que seja votado. Esperamos que se cumpra o calendário, aquela expectativa que se tem e o prazo que está estimado para que ela possa funcionar na metade do ano de 2009. Essa é a previsão. A sede oficial será no município de Chapecó. Ela terá dois *campi* no estado do Rio Grande do Sul e dois *campi* no Paraná. Assim foi a proposta e toda uma luta, que levou quase quatro anos o debate pela Universidade Fronteira Sul. Amanhã o Presidente assina, manda o projeto e esperamos que todos os Deputados sejam sensíveis ao projeto e aprovelem o mais rápido possível, para que possamos, no próximo ano, na metade de 2009, con-

tar com esses dois *campi*, tanto em Laranjeiras do Sul como em Realeza.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputada Luciana Rafagnin, quero cumprimentá-la pelo Projeto nº 409/07, importantíssimo. Começamos a discutir esse assunto em Cascavel em 2000 e implantamos um projeto para esta cidade, de preservação das fontes, das nascentes, na mata ciliar, nos rios que correm dentro do município, do perímetro urbano de Cascavel.

A Itaipu Binacional depois implantou junto com o município de Cascavel um outro projeto, chamado Água Limpa. Como a Itaipu realizou um projeto muito grande na região oeste do Paraná, agora, com o seu projeto, vamos estabelecer que o Paraná inteiro possa proteger as fontes e as nascentes. É um projeto maravilhoso, que preserva a vida, a natureza, que oferece mais saúde à população e por isso tem o meu amplo apoio esse projeto. Com certeza, V. Exa. terá a sanção do Governador, porque é um projeto que é importante para o estado do Paraná.

Parabéns!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Deputado Edgar.

Mais uma vez obrigada pelo voto favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós como Deputados de Governo temos muita satisfação em falar no que é importante agora para o Paraná, para o país e para os municípios desse estado.

Todos são sabedores que o Programa de Aceleração do Crescimento, tem proporcionado muitos benefícios a todos os entes da federação. Os investimentos no Paraná, na área de infra-estrutura são grandiosos, aqui já muito divulgados e difundidos, investimentos no aeroporto Afonso Pena, será licitada a segunda ponte em Foz do Iguaçu para o Paraguai, a FERROESTE, o gargalo de Guarapuava vai ser resolvido, a licitação para romper as pedras do rio Paraná para ter a navegação de calado de 2 metros e 80, para permitir definitivamente a navegação pelo rio Paraná já em médio prazo. Já se fala em cinco modais de transporte para a região oeste, consolidando a navegação, aeroportos de carga na cidade de Guaíra, a FERROESTE vai chegar lá ligando o Mato Grosso ao Paraguai, onde possamos exportar comida, *in natura*, para o mundo afora. Então tudo isso proporciona muita felicidade aos paranaenses e ao povo em geral.

Tudo isso que está acontecendo remete a outras questões, que estão em pauta agora, por exemplo, quando acompanhamos algumas licitações que ocorrem: a SANEPAR licitou projetos técnicos para obras de saneamento, que vão acontecer nos municípios e a licitação é vazia porque não tem engenheiro para fazer os projetos, coisa curiosa! Outro fato: a iniciativa privada está procurando os engenheiros para tirá-los do serviço público, oferecendo mais recursos, para executar projetos de obras dentro do estado. Isso deve estar acontecendo também em outros entes da federação. Empresas como a Prati-Donadusi, que é da minha cidade, inclusive hoje esse empresário falou na escola de Governo, até uns dias atrás anunciava a contratação de funcionários no rádio. Onde já se viu isso? Então estamos num momento que existe desemprego, existe, mas muito pouco! Estamos precisando de engenheiro que é mão-de-obra qualificada, estão faltando funcionários na construção civil, armadores, toda ordem de funcionários.

Vejam então que momento bom vive o país, onde há um crescimento gradativo das receitas dos municípios, dos estados e da união, onde a engrenagem está dando certo. Isso possibilita que todo empreendedor, a própria classe política possa planejar melhor o futuro. Os empreendedores têm certeza que planejar a ampliação é um bom negócio porque existe estabilidade. Aumentou o consumo, tem o risco agora da inflação e nós temos que ser muito duros para que a inflação não venha mesmo.

Faço este pronunciamento, porque me surpreende que faltam engenheiros para fazer projetos de obras que precisam acontecer, falta mão-de-obra nas empresas que geram o maior número de empregos e receita para o estado. A SADIA que é uma empresa de grande porte no estado, ela emprega diretamente na cidade de Toledo 9 mil funcionários, ela tem uma necessidade de contratar 400 funcionários. É impressionante, tem vagas abertas! Isso mostra o quanto a economia está indo bem. E é fundamental que continue neste ritmo por muitos anos. Isso fará com que haja esse crescimento das empresas, da economia e também da distribuição de renda. Se isso permanecer, certamente o país dará grandes saltos em tantos e tantos setores.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos no final desse período legislativo, a Assembléia entra em recesso a partir de quinta-feira. Volto mais uma vez a falar sobre a novela do curso Nor-

mal Superior da Faculdade VIZIVALE em parceria com o IESDE. Espero firmemente que quando a Assembléia voltar no mês de agosto, tenhamos já uma solução mais concreta para esse caso.

Cada dia me chegam informações novas. Falei ontem desta tribuna, semana passada, na quarta-feira, convocamos a Comissão formada nesta Casa para uma Audiência coletiva, onde compareceram mais de 500 professores, uma Comissão representativa, desde a Associação dos Municípios do Paraná. Ondime, APP-Sindicato, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Deputados Estaduais, representantes dos alunos, Diretor da VIZIVALE, e temos a informação, falei com o Deputado Caíto que assinou o projeto comigo, os alunos que fizeram o curso não reconhecido até agora, se eles se matricularem no curso de Pedagogia, nível superior, da Universidade Castelo Branco em parceria com o próprio IESDE, fazendo apenas 442 horas a mais, eles conseguem o diploma de curso superior. E como todos nós sabemos, confere competências para os alunos formados, tanto lecionarem 2º grau, ensino superior, mas inclusive as competências do curso que não é regularizado, curso do IESDE, que é professor de educação infantil da VIZIVALE e as primeiras séries do 1º grau.

Então, isso é um paradoxo sério. Não é possível que o estado brasileiro, em suas diversas instâncias, não consiga resolver esse problema há mais de anos. Enquanto, de forma transversa e paralela, talvez, se consiga resolver, aqueles alunos que se dispõem a pagar uma mensalidade de cento e poucos reais durante nove meses cumprindo uma carga horária de 442 horas em uma universidade particular, eles conseguem regularizar. E pasmem os senhores, enquanto o curso que nós, o estado brasileiro não registra, ele é formado por 2890 horas, sendo 400 horas práticas, 400 de estágio, 1250 horas de atividade, 840 horas presenciais. A Universidade Castelo Branco oferece uma complementação de apenas 442 horas. Vamos ler aqui as disciplinas que ela oferece de complementação: empreendedorismo, 34 horas; gestão de pessoas, 34; introdução à informática, 34; orientação educacional, 34; ação supervisor, 34; educação de jovens e adultos - que não é o caso com relação ao curso da VIZIVALE - e desenvolvimento sustentável, 136 horas. Isso é uma contradição muito grave.

Conversava com o Líder da Bancada do Governo para falarmos com o Governador Roberto Requião amanhã. É importante neste momento a atuação do Governador junto ao Ministério da Educação. Temos que tentar, cada vez com mais intensidade, cada vez com mais força, o Ministério, para que o Ministro da Educação assine a resolução transferindo a competência para registrar os diplomas ao Conselho Estadual de Educação e às instituições de ensino superior do Paraná, porque não é possível suportar essa contradição.

Quem acaba sofrendo? Os alunos, que têm que regularizar de uma forma indireta seus diplomas, e para isso têm que fazer um novo curso com 442 horas de aula,

pagar por esse curso mais uma vez. Mas o pior são aqueles alunos que não podem fazer essa complementação, que estão espalhados por centenas de municípios do Paraná, já que são 300 municípios com professores que fizeram esse curso não regularizado do nosso estado. Eles ficam esperando, nessa ansia, nessa angústia durante tanto tempo e coisas graves estão acontecendo: Prefeitos com medo do Tribunal de Contas acabaram excluindo do concurso público alunos aprovados que não foram registrados. Muitos Prefeitos aceitaram a certidão da conclusão do curso, aguardando o diploma, mas agora os Prefeitos já não estão aguardando a certidão, em função que os diplomas não são registrados.

Não é possível mais! Precisamos da interferência do próprio Governador do Estado. Mas hoje eu tive uma nova informação do Tribunal de Justiça: dois alunos que concluíram o curso da VIZIVALE, do IESDE, entraram com o mandado de segurança e ganharam o mandado.

(Lê):

“PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
7ª CÂMARA CÍVEL, EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 453.696-1

Impetrantes:

Ana Maria de Mattos Moretto e Liciane Monchak de Melo

Impetrada:

Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná

Relator:

Desembargador Guilherme Luiz Gomes

Mandado de Segurança - Registro de Diploma - Curso de Capacitação à Distância - Ato regulamentar que exige requisitos para registro do diploma que não constavam quando da realização da matrícula - impossibilidade - princípios da boa-fé, transparência e segurança jurídica.

1. Mostra-se exorbitante o ato regulamentar que estabelece exigências restritivas, não previstas nos atos a serem regulamentados.

2. A previsão de requisitos somente quando do registro do diploma, os quais não existiam quando da matrícula no curso correspondente ao diploma outorgado, afronta os princípios da boa-fé transparência e segurança jurídica.

3. Segurança concedida.

I - Relatório

Vistos e relatados estes autos de Mandado de Segurança nº 453.696-1, em que são impetrantes Ana Maria de Mattos Moretto e Liciane Monchak de Melo e impetrada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná.

Alegaram as impetrantes, em síntese, fls. 02 a 35 a prática de ato ilegal por parte da Exma. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do

Estado do Paraná, que "...segundo orientação exarada em parecer emitido pelo CEE, resolveu expedir a Resolução de nº 059/07, por meio da qual impede a UNICENTRO e UEPG de levarem a registro os diplomas de todos aqueles alunos que foram matriculados e concluíram o referido Programa de Capacitação na condição de professoras estagiárias, situação em que se enquadram as impetrantes.", fl. 16.

Afirmaram, ainda, que... na condição de professoras estagiárias, foram regularmente admitidas pela Faculdade VISIVALE para cursar o Programa de Capacitação para Docência na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, implementado pela mencionada instituição de ensino com o aval do Conselho Estadual de Educação do Paraná, desde dezembro de 2002.

Cumprida toda a carga horária e os requisitos necessários à aprovação, as impetrantes concluíram, o aludido curso, restando apenas o tão esperado registro de seus diplomas para que sejam dotados de validade e eficácia a nível nacional, podendo ser utilizados em concursos, progressões funcionais, etc.

Ocorre que, recentemente, a Exma. Secretária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, seguindo orientação exarada em parecer emitido pelo CEE, resolveu expedir a Resolução de nº 059/07, por meio da qual impede a UNICENTRO e UEPG de levarem a registro os diplomas de todos aqueles alunos que foram matriculados e concluíram o referido Programa de Capacitação na condição de professoras estagiárias, situação em que se enquadram as impetrantes.

O entendimento adotado pela autoridade coatora baseia-se numa interpretação restritiva da expressão atividade docente constante do parágrafo 1º do artigo 1º da Deliberação nº 004/02 do Conselho Estadual de Educação, que estabeleceu os requisitos para o ingresso no referido Programa de Capacitação.

Tal resolução, contudo, na parte em que tolhe o direito subjetivo das impetrantes de terem seu diploma registrado, afigura-se nula de pleno direito...fls. 16/17.

Aduziram também violação aos princípios da boa-fé, fl. 18, da segurança e certeza jurídica, fl. 21, da legalidade, fl. 25 e a existência de fato consumado, fl. 23.

Por fim, alegam, a... presença de fumus boni juris e do periculum in mora a autorizar a concessão de liminar às impetrantes..., fl. 28.

Requereram a) seja deferida a liminar inaudita altera para, para o fim de se determinar a sustação provisória dos efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 059/07, editada em 26 de setembro do corrente, na sua totalidade, até decisão final a ser proferida neste mandado de segurança:

(...)

e) seja concedida a segurança definitiva, para o efeito de - face a ilegalidade dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 05/07, de 26/09/07 - serem sustados em sua tota-

lidade os seus efeitos, desde que violam direito líquido e certo de as impetrantes terem seus diplomas registrados, confirmando-se a liminar anteriormente deferida. fls. 34/35

Com a petição inicial foram juntados os documentos de fls. 37 a 158.

Informações da autoridade apontada como coatora, fls. 180 a 190, acompanhadas dos documentos de fls. 191 a 272.

Por meio da decisão de fls. 303 a 312 indeferiu-se a liminar requerida.

A douta Procuradoria Geral de Justiça, parecer de fls. 317 a 325, manifestou-se pela concessão de segurança.

É o relatório.

II - Voto de seus fundamentos

Em conformidade com o disposto no artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º O distrito federal, cada estado e município, e, supletivamente, a união, devem:

I - (...)

II - (...)

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

(...)

Buscando dar cumprimento à referida norma, o estado do Paraná, por meio do Conselho Estadual de Educação, aprovou a Indicação nº 003/02, fls. 46/47, visando...fazer frente ao secular problema dos chamados professores leigos... e...estabelecer as normas que permitam a oferta de formação superior aos docentes em serviço que não a possuam... fls. 47.

Note-se que tanto a norma federal, Lei nº 9394/96, quanto a Indicação Estadual nº 003/02, fazem menção a professores/docentes em serviço/ exercício, situação bastante abrangente e na qual se enquadram as impetrantes - professoras estagiárias, fls. 49 a 53.

Ocorre que a Deliberação nº 004/02, em seu artigo 1º parágrafo 1º, fls. 42 a 45, ao pretender regulamentar o disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 9394/96 e à vista dos motivos expostos na Indicação nº 003/02, estabeleceu que os programas de capacitação destinam-se a todos os profissionais em exercício de atividades docentes, situação mais restrita e da qual as impetrantes passaram a não fazer parte, vez que são professoras estagiárias.

É de se consignar que a referida Deliberação nº 004/02 serviu de fundamento à Resolução nº 059/007, cópia às fls. 191 a 193, com base na qual tiveram as impetrantes negado o registro de seus diplomas de capacitação, fls. 82 a 100.

Assim, pretendo a referida Deliberação nº 004/02 apenas regulamentar o disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 9394/96 e tendo por pressuposto a Indicação nº 003/02, não poderia dispor de modo exorbitante a tal poder regulamentar, impondo exigências não constante dos atos normativos a serem regulamentados.

Como bem observado pela douta Procuradoria Geral de Justiça,...tem-se certeza de que as impetrantes concluíram curso de capacitação regularmente reconhecido, satisfazendo plenamente todos os requisitos necessários ao ingresso, pois a LDB não exige, expressamente, a condição de atividade formal de docência, estando a resolução questionada, fazendo exigência a descoberto de lei, restringindo, onde a lei não o faz...fls. 324.

Por outro lado, acaso as impetrantes, diante da regulamentação estadual, não preenchessem os requisitos básicos para obtenção do diploma do curso de capacitação e conseqüente registro, tal deveria ter sido averiguado quando da matrícula e não posteriormente à frequência e conclusão do mencionado curso de capacitação.

A exigências de requisito somente quando do registro de diploma, que foi expedido em razão da regular frequência e conclusão de curso de capacitação, requisito inexistente quando da matrícula em referido curso, afronta, à evidência, os princípios da boa-fé, transparência e segurança jurídica, não podendo, pois, prevalecer.

Novamente como bem ponderou a douta Procuradoria Geral de Justiça:.. “as impetrantes ingressaram no Programa da Capacitação e Formação de Professores em nível superior, não em decorrência de liminar, mas por atenderem os requisitos exigidos pela instituição de ensino que o ofertou. Portanto, possuem o direito invocado, vez que o Conselho de Educação e a SETI não se podem valer de eventual ineficácia na fiscalização da entidade que ministrou o curso, para impor restrições somente após a conclusão do mesmo, diante do fato consumado.”

Assim, caberia a tais órgãos, averiguar em seu devido tempo, a regularidade do ingresso, mormente no que respeita ao vínculo formal de emprego, e não, somente agora, após a conclusão do curso, pretender a modificação de situação fática consolidada, ferindo assim, a segurança jurídica dos egressos da questionada instituição de ensino, fl. 324.

Em face do exposto, voto pela procedência do presente mandamus, com a conseqüente concessão da segurança, para o fim de determinar à autoridade apontada como coatora que proceda ao registro dos diplomas das impetrantes, cujas cópias encontram-se às fls. 55 a 58.

III - Dispositivo

Acordam os Desembargadores integrantes da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em composição integral, por unanimidade de

votos, em conceder a segurança, nos termos do voto do Relator.

Participaram da Sessão de Julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Antenor Demeterco Júnior, Presidente, com voto, Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira e os Juízes convocados, Drs. Francisco Luiz Macedo Júnior e Dilmari Helena Kessler.

Curitiba, em 24/06/08.

(a) DES. GUILHERME LUIZ GOMES
Relator”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Peço atenção dos Srs. Deputados para um comunicado que pretendo fazer, neste momento, assim como peço a atenção de toda a imprensa. A Mesa Executiva assumiu alguns compromissos com os senhores, com V. Exas. com a sociedade, e tem feito todo o esforço para cumprir a promessa que fez a todos os senhores.

Hoje pela manhã promovemos, juntamente com todos os membros da Mesa Executiva que dirige esta Casa, uma reunião com a presença, também, dos Líderes partidários, na qual, juntos - e esta tem sido a tônica da nossa administração - juntos, tomamos a decisão de implantar um plano de regulamentação da gestão administrativa e funcional da Assembléia Legislativa.

Para elaborar este plano, que vai regulamentar a gestão interna de toda a Assembléia, nos moldes do funcionamento do Congresso Nacional, vou nomear uma Comissão de trabalho de alto nível.

As conclusões e sugestões para a gestão interna, nas áreas administrativas e de pessoal, que vão fundamentar um projeto de resolução que tem força de lei, será votado aqui neste plenário, com o voto aberto, e ainda na minha gestão como Presidente desta Casa.

Portanto, vamos transformar este plano num projeto, que será votado através de voto aberto, conquista de todos nós aqui nesta Casa. A nomeação desta Comissão de trabalho será feita durante o recesso, agora, no mês de julho. Recesso que inicia amanhã, uma vez encerradas as Sessões Plenárias e as votações importantes que ainda temos a fazer no dia de amanhã, inclusive a LDO.

É fundamental ressaltar que o Plano de Regulamentação de Gestão Administrativa e Funcional é mais um passo, um processo de mudança que esta gestão vem conduzindo desde fevereiro de 2007. As transparências que defendo, juntamente com todos os Deputados e Deputadas, são conquistas definitivas desta Casa e não se prestam a atender rumores momentâneos.

Na Sessão de ontem, após o pronunciamento do Deputado Stephanes Júnior, quando ele disse que a Casa precisava tomar uma atitude, eu simplesmente comuniquei a V. Exas. que a Mesa estava estudando um projeto de resolução viável e decente. Ninguém esqueceu das minhas palavras de ontem. Pois bem, hoje pela manhã um jornal já estampa uma manchete: “Justus promete

abrir a caixa preta da Assembléia”. Descendo de uma família de jornalistas. Em 1919 meu avô, professor Oscar Josef de Plácido e Silva, juntamente com Benjamim Lins, fundou o jornal mais tradicional deste estado e meu pai foi Superintendente até o dia da venda desse jornal aos atuais proprietários. Portanto, cresci dentro do meio jornalístico e aprendi a respeitar a tudo e a todos e aprendi que o jornalista, acima de tudo, tem que ser substantivo e não adjetivo. Caixa preta é adjetivo e não substantivo. Substantivo é o teor da matéria. Ela é substantiva, sim! Mas, a manchete é adjetiva e isso não leva ninguém a lugar nenhum.

O Parlamento é o pilar de toda a democracia. Podem ter certeza que entendo como ninguém o papel do jornalista, o papel da imprensa, e tenho um respeito profundo por ela, mas aprendi e adoto, e vocês são testemunhas de quantas vezes pronunciei nesta Casa: exagerou, perdeu a razão. Adoro essa frase, porque ela é verdadeira para mim. Alguém me disse isso e eu a adoto como lema. Tudo bem, exagerou, perdeu a razão! E perde-se a razão quando se exagera, seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo, seja a imprensa ou seja o cidadão. Exagerou, perdeu a razão! E, convenhamos, tem gente exagerando. O Poder Judiciário e o Ministério Público, todos eles tiveram os avanços que tiveram porque tiveram leis aprovadas aqui nesta Casa! Não podemos desmerecer, nunca, este Poder. Criticá-lo? Claro que sim! E ele tem que ser alvo de críticas, mas sem exageros! Isto aqui é um Poder constituído e somos responsáveis pelo que fazemos.

Os anos 2000 estão bem representados, e ninguém pode negar isso, um período de grandes e profundas transformações na Assembléia Legislativa. Conduzimos a redução do quadro funcional em minha primeira e rápida gestão frente a esta Casa, no início da década. A esse passo inicial o Presidente que me sucedeu, Deputado Hermas Brandão, acrescentou outros, como o leilão público da frota de veículos que atendia a Assembléia e o reenquadramento funcional.

Nessa gestão, no entanto, com o apoio de uma Mesa Executiva corajosa, com o apoio de todos os Deputados, contabilizamos avanços reconhecidos por toda a sociedade paranaense, porque a Assembléia tem dado passos definitivos no caminho da transparência. Eliminamos o voto secreto, isso significa que cada paranaense pode saber como vota neste Plenário, o Deputado que elegeu. Fomos além, reduzimos o recesso parlamentar, uma antiga aspiração da sociedade. Hoje, 15 de julho, estamos ainda tendo as nossas Sessões. Há pouco tempo atrás o recesso iniciava-se no dia 30 de junho. Com isso ampliamos as Sessões Parlamentares e alargamos o espaço para a crítica e para o debate, extirpamos de vez com as Sessões Extraordinárias, e dessa forma economizamos, sim, o dinheiro público que pode ser mais bem empregado em ações diretas em benefício da população. Colocamos no ar algo que muita gente duvidava, e vocês sabem bem disso, colocamos no ar a TV Assembléia, a TV SINAL, que é um orgulho para esta Casa, uma emis-

sora que presta contas diariamente dos trabalhos que os Deputados realizam, e ainda oferece uma programação que trata de cultura e de tudo aquilo que faz o Paraná e os paranaenses.

Há muito para corrigir? Claro que há! A TV tem meses de vida! Mas quem acreditava que nós iríamos conseguir isso? Quantos acreditavam? O painel eletrônico, então, duvido que os Deputados terão coragem de deixar de deixar claro a tecnologia a serviço do cidadão, que pode agora acompanhar como vota o seu Deputado através da TV Assembléia, e do restante da imprensa. Disponibilizamos na internet o conjunto da produção parlamentar, e desta forma cada paranaense pode acompanhar o trabalho de seu representante nesta Casa, pode conhecer os seus projetos de lei e se posicionar a respeito.

Meu caro Rafael da Lala, o senhor que está aqui há quantos anos nesta Casa, lhe passou algum dia pela cabeça que isso poderia acontecer, o que o senhor poderia assistir isso? Pois o senhor está assistindo agora.

Estamos instalando o COPELEGIS, um corpo técnico que vai auxiliar na elaboração de leis. São tantas e tão positivas as mudanças que estamos promovendo que o caminho é um só. Aqueles que me conhecem sabem que eu ajo com responsabilidade, que gosto mais de ouvir do que falar, e que apesar de toda a pose e elegância sou, sim, um homem humilde. Recuo quando tenho que recuar. Não dou um passo sem refletir, sem discordar e sem jamais desrespeitar.

A Assembléia Legislativa é uma instituição que representa a população do Paraná, com seus 54 Deputados. Eu a presido e defendo para além dos interesses de momento. Vou defendê-la sempre! Pois, como eu, muitos de vocês passam a maior parte de suas vidas aqui dentro ou ao redor desta Assembléia Legislativa. Temos sim que nos orgulhar dela!

Sinto-me à vontade para tratar desse assunto com responsabilidade. Cada Deputado é eleito pelo voto popular. É no voto que começo essa responsabilidade, porque quem escolhe é a população. E, cada Deputado, representa, pela menos, dezenas e milhares de paranaenses que nele votaram. Lidero, juntamente com os demais Deputados, um processo de busca de transparência e de representação plena da sociedade na Assembléia Legislativa.

Meu Deus, avançamos muito! E temos muito que fazer. Não chegamos aonde queríamos. E o nosso mandato ainda não terminou. Disse isso ontem, vamos promover esses avanços e essa tão decantada transparência, que já iniciamos há muito tempo, vamos promovê-la nesta gestão.

Quero fazer algumas corrigendas, no que diz respeito à verba dos gabinetes. Que alguns da imprensa noticiaram um valor, outros outro valor e que depende, exclusivamente, de um ato da Mesa Executiva. Da mesma maneira ato praticado e assinado, que tenho aqui em mãos, pelo Presidente da Câmara Federal:

(Lê):

“A Assembléia Legislativa, como todas as Assembleias Legislativas do Brasil têm 75% desse valor, como verba de gabinete. Que é o salário para os funcionários que trabalham nos gabinetes. Sempre foi assim. E nós aplicamos e não chegamos ao valor de 60%. Como alguém hoje já nos criticou. Deveríamos chegar a R\$ 45 mil, que é o 60%, e chegamos a R\$ 39 mil e 500. Esse é o valor exato R\$ 39 mil e 500.”

Que fique claro, de uma vez por todas, que o gabinete de um Deputado não está restrito a quatro paredes, dentro de uma complexidade física. Não há ponto para o gabinete do Deputado e responsabilidade da contratação do gabinete do Deputado e a responsabilidade da contratação do gabinete é de cada Deputado.

Não vamos permitir, depois de todos esses avanços, que se dê um passo atrás. Avancamos e não vamos recuar. Por essas, entre muitas outras razões, me permito sempre uma mensagem de esperança, até porque não creio em determinismo, mas sim na capacidade que temos nós, todos nós, hoje e sempre, de promover a política do bem, Com toda franqueza, eu acredito nisso.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

Dando prosseguimento, Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vou tratar de outro tema, mas não posso deixar de manifestar a minha irrestrita e absoluta confiança na condução política que V. Exa., Sr. Presidente, dá à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Já manifestei desta tribuna, ontem, meu posicionamento, mas refaço meus votos de absoluta confiança na sua gestão pelo sentido modernizante e, ao mesmo tempo, austero que V. Exa. está empreendendo à frente da Mesa Diretora desta Casa.

V. Exa. pode contar com o meu irrestrito e total apoio, por conta de que responsavelmente esta Casa acredita em V. Exa., como acredita nos demais integrantes da Mesa Diretora, especialmente no Deputado Alexandre Curi, nosso 1º Secretário, e na Deputada Luciana Rafagnin, nossa 2ª Secretária, que com V. Exa. tomam as decisões executivas desta Casa. Por isso, V. Exas. são merecedores da nossa confiança e seu posicionamento é importante para que possamos de fato, no processo legislativo e dentro do debate político, estabelecer, com muita lealdade, aquilo que pensamos à opinião pública do estado do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dizer o seguinte: ainda pouco fui provocado para

um debate, provocado no sentido não da briga, mas do debate, para poder de fato discutir. O Deputado Valdir Rossoni, meu prezado Líder da Oposição aqui nesta Casa, tem dúvidas sobre esse projeto que estamos votando, hoje, já em 2ª discussão, que envolve a feitura de uma lei que garante a promoção aos policiais militares por tempo de serviço. Muitos dos senhores e senhoras, certamente, tem dúvidas. Por quê? Porque, sinceramente, é um projeto que o Governo enviou a esta Casa, Deputado Valdir Rossoni, extremamente oportuno, principalmente quando falamos em criar de fato mecanismos cada vez melhores para profissionalizar e dar a nossa Polícia Militar as condições para que ela seja e continue sendo a melhor Polícia do nosso país.

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que é importante que possamos votar esta proposta ainda neste 1º semestre, porque veja o bem que estamos votando aqui. Temos, hoje, uma carreira militar e o policial militar que ingressa, como já vimos, recentemente, neste debate até, ingressa como um Soldado de 2ª classe, como aluno inicia a fase de preparação

de formação do profissional, se transforma em policial e Soldado de 1ª classe, ao receber o certificado de formatura. O que tem acontecido ao longo da história? Temos um critério extremamente elitista, que impede que o Soldado que está principalmente no interior, que é uma atividade extenuante, que ele possa estudar e passar no concurso para poder obter a possibilidade de ingressar no curso de formação de Cabos.

Com o curso de formação de Cabos, ele vai ter acesso à carreira militar, podendo depois fazer o curso para ser 3º, 2º e 1º Sargento, ou seja, estabelecendo a possibilidade da promoção. Qual é a lógica desse projeto? Quando o Soldado de 1ª classe, que não tenha passado no concurso ou não tenha feito o concurso, quando ele completar 15 anos de tempo de serviço, ele passou a ter o direito de frequentar, Deputado Dobrandino, o curso de formação de Cabo, ou seja, ele vai ter a partir de agora, Deputado Rossoni, a garantia de que poderá depois de 15 anos de serviços ter acesso ao curso de formação de Cabos. Não se trata de fazer uma promoção automática sem o mérito de fazer a preparação desse profissional, mas é um direito que ele passa a ter.

Para se ter uma idéia, hoje, temos 4 mil e 604 para sermos mais exatos policiais militares - dos quase 20 mil policiais que temos da Polícia Militar - de 1ª classe, que desde cumpridos os requisitos necessários às frequências dos cursos especiais de formação de Cabos, eles tenham direito à respectiva promoção.

Esse projeto traz no seu bojo, um outro ponto muito importante, que é de tentar segurar mais o profissional de Polícia na carreira. Sabemos hoje que a grande maioria que completa 25 anos sai. Porque ele não vai ter mais ascensão profissional. Ele tem dificuldades, porque

é uma atividade extenuante, estressante. Há policiais saindo com 20, 21, 22, 23 anos de força policial. Esse projeto traz uma modificação importantíssima, porque ele vai incentivar que os policiais militares que resolverem permanecer, por exemplo, no mínimo 26 anos de efetivo serviço, para todos efeitos legais estiverem no mínimo do comportamento ótimo, será assegurado o percentual de 80% do soldo da graduação imediatamente superior.

Ele fez o curso de Cabo e resolve ficar depois do 26º ano ainda na corporação e tem que ficar até os 30 anos. Vai receber 80% da gratificação que recebe o 3º Sargento e assim de forma subsequente. Se ele é 3º Sargento vai ganhar um soldo de 80% do 2º Sargento.

Mais ainda, para aqueles que completarem no mínimo 31 anos de serviço e resolverem permanecer na ativa até os 35 anos, o que vamos ter, e que também tiverem comportamento ótimo? Ele terá um benefício de até 100% do soldo da graduação imediatamente superior. Vamos conseguir com isso seguramente, primeiro, manter o policial mais tempo dentro da Corporação. Vamos incentivar, pegar melhor esse profissional. Ele terá mais experiência, mais qualificação.

Poderá por outro critério que estabelecemos, que é o do mérito, ele tendo o curso em nível superior poderá chegar a Coronel, que é uma possibilidade que hoje está contemplada na nossa Legislação.

Esta lei é uma lei extremamente importante de ser votada nesta Casa, e quero dizer a V. Exa., Deputado Rossoni, que seria muito importante se nós ainda nesse período pudéssemos aprovar esta lei. Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que se V. Exa. precisar, necessitar de maiores esclarecimentos certamente o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Anselmo poderá prestar os esclarecimentos. Se V. Exa. tiver perguntas podemos até respondê-las, mas entendo que esta lei, da forma como está posta, eu me aprofundei, discuti este tema, conversei inclusive com muitos Soldados. Há uma expectativa de aprovação na Corporação porque todos reconhecem que ela será extremamente benéfica, ela não tem nenhum outro óbice com relação a isso.

Concedo o aparte a V. Exa. com o maior prazer.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, quero primeiro cumprimentá-lo pelo esforço que faz em esclarecer esse projeto, mas quero fazer um apelo a V. Exa., acredito que 15 dias, mais ou menos, não terá nenhum problema de tramitação nesta Casa.

V. Exa. encaminha com propriedade, diz que trará avanços para os Soldados, algumas classes ou categorias, melhor dizendo, mas recebi hoje pela manhã vários apelos, eles não desejam, de forma nenhuma obstruir e nós também não desefamos obstruir o trâmite desse projeto. Agora, como mexe com várias categorias dentro da Polícia Militar, seria saudável, pelo que eu ouvi hoje, nós fazermos uma Audiência Pública, um debate com todos os setores da Polícia Militar e nós discutirmos isso com

muita propriedade com os próprios sindicatos porque há categorias que se sentem excluídas nesse projeto.

Então, Deputado Romanelli, V. Exa. sabe de uma velha máxima: “A pressa é inimiga da perfeição”, e V. Exa. sempre tem procurado aqui a perfeição. Eu faço um apelo, estamos entrando com um requerimento, a pedido dos Subtenentes e Sargentos para que façamos uma Audiência Pública, vamos discutir isso com as categorias, vamos chegar a um denominador comum para, aí sim, aprovarmos um projeto perfeito, discutido com as classes representativas. Com o que V. Exa. falou aqui V. Exa. me convenceu, mas estou mais do que convencido que é necessário marcarmos uma Audiência Pública, e se nós quisermos fazer isso no atropelo, V. Exa. veja: o projeto esteve ontem em primeira, hoje já está em segunda. Existem duas formas de marcarmos Audiência Pública: ou fazemos um acordo e adiamos a votação no dia de hoje ou teremos que entrar com emenda e ficará para o 2º semestre. Então de qualquer forma o projeto ficará para o 2º semestre.

Assim sendo, faço um apelo ao bom senso, e sempre foi uma grande qualidade de V. Exa., em nome das categorias que nos procuraram para que façamos esta Audiência Pública, nós vamos ter o tempo necessário e já na 1ª semana de agosto nós votamos esse projeto com a pressa e com tudo que for necessário e com o apoio da Oposição. Mas nós nos sentiremos mais à vontade, Deputado Romanelli, além das explicações convincentes de V. Exa. se ouvirmos também os sindicatos que querem ser ouvidos para aperfeiçoar este projeto.

Agradeço o aparte de V. Exa. e peço a compreensão para adiarmos essa votação, pelo menos por 15 dias.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Deputado Rossoni, eu entendo que para nós é importante aprovar este projeto, mas mais do que tudo este é um projeto importante para a Polícia Militar do Estado do Paraná, foi ainda apensado pelo ex-Comandante Xavier, e é um projeto absolutamente importante. Claro que a pressa é inimiga da perfeição e entendo, Sr. Presidente, que eu como Líder do Governo, V. Exas. hão de testemunhar, sempre busquei o diálogo e a construção do debate nesta Casa.

Quero dizer que concordo, façamos a Audiência Pública, vamos ouvir a Polícia Militar, o sindicato, as categorias. Só que com este compromisso que V. Exa. acabou de assumir, que possamos estar fazendo a Audiência Pública e votando na 1ª semana ou quinzena do mês de agosto. Se V. Exa. concordar com isso, estou de acordo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Concordo e agradeço a V. Exa., o aguardo na Liderança do Governo os representantes dos Subtenentes, dos 1ºs Sargentos, querem conversar com V. Exa. Eles fariam esse mesmo apelo que fiz a V. Exa. V. Exa. será recepcionado com mais alegria por esses representantes das suas

classes. Certamente estaremos dando uma grande contribuição para a Polícia Militar do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço a atenção e certamente o projeto não será votado hoje. Mas realizaremos a Audiência Pública, vamos ouvir a todos, se houver alguma melhora a ser feita, faremos. Mas não tenho dúvida que estamos aqui com grande avanço, é inegavelmente necessário que esta Casa possa discutir e debater com profundidade todos os projetos que por aqui tramitam, especialmente um projeto do bem, tão bom igual a esse que vai modificar a vida de milhares de policiais militares, vai dar uma expectativa de crescimento na carreira, vai elevar a auto-estima desses policiais, vai criar de fato uma melhor condição de vida para suas famílias. Não tenho dúvidas, que vamos estimular muitas pessoas a serem policiais militares e a continuarem na carreira com base nesse projeto de lei que o Governador Requião enviou, aqui, à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PDT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Agora pouco fui interrogado por um jornalista e ele me perguntava: “O que nós tínhamos a dizer em relação a essa questão da transparência?” E eu falei: olha, o Presidente Nelson Justus fez uma reunião pela manhã com toda Mesa Executiva, com as Lideranças e lá se tomou a seguinte decisão: de que o Presidente vai comunicar a sociedade paranaense, a imprensa do que foi conversado e decidido nesta reunião. Aí ele de pronto falou para mim: “Então, o senhor não tem nada a declarar”. E eu falei: “Por favor não deturpe aquilo que falei. Não é que eu não tenho nada a declarar, é que esta Casa tem uma direção, tem uma Mesa Executiva, tem Lideranças é quando o assunto é tratado num colegiado de Líderes.” Talvez, esta seja uma diferença que muita gente não entenda o que é Assembléia.

Assembléia não é uma empresa. Assembléia é um colegiado de representantes da população do Paraná, se bons ou ruins, mas democraticamente a população do Paraná tem o direito de escolhê-los e de reconduzi-los quando quiser ou de não reconduzi-los também quando quiser. O primeiro ponto que acho e que gostaria de nesta oportunidade registrar e V. Exa. me permita, porque fiz parte da Mesa Executiva quando V. Exa. assumiu a Presidência da outra vez, fui 2º Secretário. E quero registrar aquilo que fez o Presidente Nelson Justus, aqui, foi sempre a marca da sua administração sensatez, coerência,

seriedade no trato da questão pública, decisão em colegiado. A sua frase que o norteia merece ser repetida: “Exagerou perdeu a razão.”

Por isso que com muita calma, com muito equilíbrio, com muita seriedade o Presidente coloca para todos nós aquilo que a Assembléia pretende fazer no processo de ser cada vez mais aliada à população do estado. Não por isso, ou por aquilo, por um momento de crítica desse, ou daquele meio de comunicação, mas sim, de um processo que já há muito tempo vem acontecendo na nossa Assembléia que é de sempre estar mais próximo da nossa população.

Aliás, não precisamos aprovar quem sabe uma PEC para que se possa fazer a publicação de nomes de assessores do estado. A Assembléia não tem o poder tem o poder do Orçamento, não. Não tem poder de caneta. A Assembléia não é quem ordena despesa. A Assembléia apenas é tão-somente a caixa de ressonância da aspiração da população e temos que interpretar isso aqui. Se fizermos certo ou errado, não nos cabe a covardia de nos esconder, porque a cada quatro anos a população livremente com o sufrágio universal é capaz de dizer se fizemos certo, ou errado. Se aquele Parlamentar agiu certo, ou agiu errado.

Então dos Poderes pode ter certeza absoluta, o Poder Legislativo é um poder transparente na sua essência, porque sempre ele é colocado para o julgamento da população.

Leio aqui o artigo 234 da Constituição Estadual, para dizer que não precisa votar isso, ou votar aquilo:

O estado publicará anualmente no mês de março a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta e Funcional, em cada um dos seus Poderes indicando o cargo, a função e o local de seu exercício para fins de ressarcimento e controle.

Está aqui claro. Acho que importante foi o Presidente dar um pronunciamento público, para dizer que a nossa Casa que é o sustentáculo da democracia, porque representa o Parlamento. Não creio que tenha alguém que esteja interessado em desgastar a instituição da Assembléia Legislativa. Não acredito. Acredito que haja alguma discordância e discordâncias são sanáveis, são possíveis de esclarecimento. Não podemos em hipótese alguma imaginar que o Poder Legislativo seja uma caixa preta. Não acho que nós temos a condição, Sr. Presidente, como V. Exa. com toda a propriedade colocou de dizer que a Assembléia vem ao longo dos tempos dando passos concretos, para que nós tornemos cada vez mais um Poder transparente, ligado à população e com obviamente a nossa representação que é legítima.

Sr. Presidente, imagino que V. Exa. fez uma coisa que todos gostaríamos de fazer, dizer alguma coisa a população do Paraná. Esse estudo que V. Exa. vai conduzir aqui na Casa será como os outros, aqui não tem verba de assistência social, não tem veículo, não tem uma série de coisas que foram ao longo dos tempos, não por força

de uma imposição de ninguém, mas por força do bom senso foram se tomando essas decisões e cada Presidente, cada Mesa Executiva há seu tempo fez o possível. Sei o quanto foi difícil a V. Exa., quando no momento como Presidente teve que tomar a decisão da demissão de centenas de funcionários. Mas aquele era o momento, em que nós precisávamos tomar aquela decisão. Tomou-se decisão em favor daquilo que a população mais espera de nós, que é a transparência, que é o bom uso dos recursos públicos.

Veja bem, a Assembléia não gasta nenhum centavo a mais do que é dito pela Constituição. V. Exa. bem falou com zelo não foi implantado aqui o que é de direito, direito dos Parlamentares que é 75% da verba de gabinete dos Deputados Federais. Direito líquido, certo, legal e constitucional. Não foi implantado. V. Exa. e a Mesa Executiva acharam que poderíamos economizar o possível desses recursos.

Estamos cumprindo com a nossa função e espero que os erros desta Casa de Leis, quer seja, de Parlamentares individuais ou do conjunto da Casa, eles são passíveis sim, de correção sem que a população do Paraná possa perder a esperança, palavra usada por V. Exa. de que esse Poder é o Poder sempre mais aberto a ouvir o clamor daqueles que mais precisam falar e muitas vezes não têm voz.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas ao Deputado Tadeu por já estar no final do meu pronunciamento, e dizer a V. Exa. Deputado Tadeu que todos temos a mesma obrigação, os mesmos deveres, mas, sobretudo, somos todos nós que de forma igual colocamos sempre o nosso nome à apreciação da população. Aqui não tem ninguém vindo de rifa, ninguém veio aqui por sorteio, todos nós temos a representação fidedigna da população do Paraná e devemos honrar isso. Mesmo que para isso muitas vezes tenhamos que retroceder, refazer nossos conceitos, acertar nossos erros, sem que isso possa ser considerado de má-fé para a população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos a palavra ao partido PP. Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Teruo, Deputado Elton, Deputado Luiz Eduardo Cheida, Deputados e Deputadas, ilustres visitantes.

Inicialmente para consignar na ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Tenente-Coronel Dário Natan Bezerra e Comandante do Corpo de Bombeiros de Londrina. O militar estava vindo no começo da noite de ontem, para uma reunião de trabalho aqui na capital e no município de Ortigueira foi

mais um brasileiro, vítima dos bêbados que dirigem pelas estradas e avenidas do Brasil.

Um caminhoneiro completamente embriagado chocou seu caminhão contra o carro em que viajava o Comandante do Corpo de Bombeiros de Londrina, que acabou perdendo a vida. E mais do que nunca, nessa hora começamos a imaginar essa Lei Seca e tantas outras punições que parece até no despertar da cabeça dos maus brasileiros, dos brasileiros irresponsáveis a necessidade de cumprir a lei, de não sair por aí pelas rodovias dirigindo em completo estado de embriaguez.

Quanta gente já perdeu a vida. E tem gente que diz assim: “Deus protege o bêbado”.

Eu acho que, Deus protege o bêbado, mas não o bêbado irresponsável. A verdade é que tem bêbado que na maioria das vezes causa uma tragédia, uma desgraça, um grande acidente, ele atropela, ele mata, ele deixa pessoas, famílias, com seqüelas, paráliticas, tetraplégicas e muitas vezes com o bêbado é apenas um arranhão. O bêbado parece que quase sempre leva a melhor, nesta história.

Agora, tomara que a lei seja cumprida ao pé da letra, porque na hora que houver punição para meia dúzia de bêbados, como deve ser a lei, acho que haverá um pouco mais de responsabilidade ao se conduzir algum veículo automotor. Aliás, falamos do bêbado que está dirigindo, que está pilotando a moto. Mas, há muitos outros tipos de acidentes que um bêbado pode causar. Numa fábrica, num shopping, numa loja, numa avenida, e vai por aí afora.

Presidente, a Folha de São Paulo de hoje traz aqui: “BrasilTelecom pagou contrato para advogados ligados ao PT”. Não foi muito, apenas R\$ 1 milhão e 200 mil. O PT, lá atrás, de um modo geral, a bandeira era combater a corrupção. Esta bandeira parece que quebrou o mastro, caiu a bandeira e de repente, constantemente, estamos vendo que aqueles que antes jogavam pedra, atiravam, denegrindo a honra dos adversários, a honra alheia, parece que agora o feitiço se volta contra o feitiço. A matéria está na Folha de São Paulo: “Uma auditoria interna da BrasilTelecom, sob a passagem do banqueiro Daniel Dantas pelo controle da empresa, detectou pagamento de R\$ 1 milhão e 200 mil ao advogado Roberto Teixeira, compadre do Presidente Lula”.

Mas, também, Presidente, se o homem é compadre do Presidente Lula, V. Exa. não ia querer que ele recebesse menos de R\$ 1 milhão de honorários. Compadre do Presidente Lula! Que maneira fácil que eles fabricam dinheiro. É só dar uma assessoria e põe R\$ 1 milhão e 200 mil no bolso. Mais um servicinho. É de milhão para cima. Parece que não trabalham com cifra inferior a 1 milhão. Parece que a caneta deste pessoal não escreve nada que seja menos, inferior a R\$ 1 milhão.

Na mesma matéria, tem aqui: “Chefe de gabinete de Lula será alvo de Comissão de Ética. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu analisar a ação do chefe do gabinete do Presidente Lula, Gil-

berto Carvalho, ao atender o ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT, que atuou em favor do banqueiro Daniel Dantas”.

Gilberto Carvalho é uma pessoa de Londrina. Sua irmã, Márcia Carvalho, foi Vereadora em Londrina, ocupou alto cargo no Ministério. O pai do Gilberto Carvalho trabalhou comigo numa loja de departamentos de Londrina e depois atuou como garçom, montou um buffet. É uma família trabalhadora e que torcemos para que não haja absolutamente nada que venha a arranhar o prestígio que a família Carvalho, do Gilberto Carvalho, desfruta perante a sociedade londrinenses. É uma família respeitada, digna, de respeito. E está esta polêmica ao atender o ex-Deputado que estava cuidando do banqueiro Daniel Dantas, mas este é um problema que, com certeza, Gilberto Carvalho vai ter a oportunidade de esclarecer para a opinião pública. Para terminar, a Gazeta do Paraná de Cascavel traz uma matéria interessante: “Sigilo pode chegar ao fim. Senado Federal pode acabar com o sigilo bancário e fiscal de ocupantes de cargos públicos”. Acho que isso, Sr. Presidente, é uma coisa que de um modo geral é muito bom para todas as pessoas que estão na vida pública. Acho que não tem nada demais ter, permanentemente, o sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição. Isso porque, outro dia, um Juiz me confidenciou o seguinte: “Belinati, você não faz idéia do que tem de telefone grampeado.” Virou moda! Entra pedido por atacado para grampear telefone. É telefone de político, é telefone de empresário, é marido querendo saber se está levando um chifre da esposa, é esposa querendo saber se o marido está fazendo xixi fora do penico, é todo tipo de quebra de sigilo telefônico.

Então, muitas vezes você está no telefone, aquele que quer namorar, por exemplo - e quem namora são também as pessoas casadas - e lamentavelmente do outro lado da linha pode ter um gaiato que não é nem da Justiça, não é da Polícia Federal, nem de coisa nenhuma, mas está com o seu telefone ouvindo com a maior clareza aquilo que está sendo falado. E o que é que muitas vezes o telefone de pessoas públicas é grampeado pelo Ministério Público, eles ficam um bocado de tempo com o grampo no telefone, mas não pegam absolutamente nada que condene a atitude daquela autoridade. Mas até hoje, desde que virou moda o tal de grampo aqui no Brasil, e já grampearem telefone até do Palácio do Planalto, do Palácio Iguaçu, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça, até hoje não vi uma autoridade pedir desculpas e dizer: “Olha, ficamos um ano grampeando o seu telefone, ouvindo tudo o que você falava e não pegamos uma vírgula que condene a sua ética, a sua postura e a sua presença na vida pública”. Deveria ser obrigatório: já que houve o grampo, divulga o resultado desse grampo, porque quando tem uma palavra torta em uma conversa telefônica, isso vem a público e achincalha com todo mundo.

Então, Sr. Presidente, já que virou moda, e inclusive volto a repetir que há algumas empresas tomando cuidado com problemas até de espionagem industrial,

estava em Brasília outro dia e fui ao escritório de um grande advogado, o advogado do nosso partido, ele tem um escritório em que tem uma torre da EMBRATEL exclusiva no quintal do terreno do seu escritório. Perguntei: mas por que essa torre exclusiva? Ele falou: “Se eu não tiver uma torre exclusiva, eles grampeiam os meus e-mails e vão acabar descobrindo quais são os meus clientes e que tipo de defesa estou fazendo aos meus clientes”. Então, até altos advogados da república, ali, há poucos metros de onde trabalho o Lula, também, com torre exclusiva, da EMBRATEL, com medo do grampo, com medo da espionagem de maus colegas advogados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa e cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna com uma notícia da Agência do Estado em mãos e é uma notícia que me deixa muito feliz, mas causa constrangimento a esta Casa também. A notícia é a seguinte: “COHAPAR constrói casas adaptadas e destina percentual de moradias para portadores de necessidades especiais”. Deputado Elio Rusch, a notícia segue: “Esta é a função social do Governo Requião, de fazer bem feito o processo de distribuição das casas populares. E estamos muito felizes, porque em uma dessas casas vai morar uma senhora com necessidades especiais de locomoção e a casa foi totalmente adaptada para ela. E assim nós fizemos em todo o Paraná, com respeito as famílias e responsabilidade social, ressaltou Greca”, implantando projeto do Governo de disponibilização de moradias especiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nota da Agência do Estado segue da seguinte maneira: “As casas disponibilizadas possuem tamanho e projetos arquitetônicos diferenciados, variando de acordo com a renda familiar. Os mutuários pagarão prestações entre 107 e R\$ 258. Não têm que morar de favor, dentro dessas casas vão exercer o seu plano de vida, e são casas especiais, com rampa de acesso, com todos os acessórios”.

Pois bem, Srs. Deputados, há cerca de um ano atrás, apresentei um projeto, Projeto de Lei nº 743, e pedi votos a todos os Parlamentares. O projeto passou por todas as Comissões e foi aprovado por unanimidade aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E o projeto fala justamente sobre isso, sobre a disponibilização de moradias especiais, pelo menos 5% no total de oferta de moradias do Programa Casa da Família, para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurado o direito preferencial ou de escolha.

Sr. Presidente, lembro que em uma entrevista na TV SINAL, aliás, uma matéria muito bem feita pelos jornalis-

tas da TV da Assembléia, acabei me emocionando e não consegui até prosseguir a entrevista. Pois bem: o projeto aprovado na Assembléia Legislativa seguiu para sanção do Governador Roberto Requião, e no Palácio o Governador vetou, o Governador proibiu o projeto. E agora, chega a informação de que o Governo do Estado está implantando. Mas não deu o devido respeito ao trabalho parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque aqui nesta casa é que foi formulado o projeto.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Vou permitir em instantes, Deputado Douglas, porque a nota é maravilhosa, termina assim: “Teodósia Salete Leque passou a vida toda em uma cadeira de rodas morava com uma irmã, com quem dividia o aluguel de 380, e hoje vai pagar R\$ 148. Emocionada, ela conta que se sente como uma criança que tivesse ganhado um presente de Natal com o qual sempre sonhou: “Esse sonho é a minha independência! Desde que soube que havia sido contemplada no sorteio dessas moradias especiais do Governo do Estado, estou feliz por poder ter a minha casa especial”. Pois bem, Deputado Douglas, o senhor também faz parte da Bancada da Oposição, e todos sabemos que infelizmente os Deputados de Oposição não aparecem nas fotos, não recebem os louros das vitórias, e normalmente o trabalho dos Parlamentares de Oposição não é reconhecido. E eu não sei, sou um Deputado de 1º mandato, não sei se vou continuar na política, mas quero que o meu trabalho fique, que colabore com o estado do Paraná, com as pessoas que mais precisam.

Então, estou extremamente feliz em saber que o projeto que eu elaborei, dentre os mais de 70 projetos que apresentamos na Assembléia, teve anuência de todos os Parlamentares, ou seja, trabalho do Parlamento, da Assembléia Legislativa, que foi para sanção do Governo do Estado do Paraná e foi vetado pelo Governador Roberto Requião. Pelo menos a idéia não foi para o lixo. Foi adotada. Se o Governador implantasse as nossas idéias, tenho certeza que o Paraná estaria melhor. Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. apresentou diversos projetos. Eu, como membro da CCJ, pude acompanhar a tramitação de alguns desses projetos, sempre em benefício da população, independente de quem vai ter a vida melhorada.

Parece que lá no Palácio do Governo tem duas caixinhas. Uma para colocar os projetos de Deputados da Oposição, e deve ter já um carimbo de vetado, e a outra caixinha dos projetos de quem faz parte da base do Governo, e sai o carinho escrito aprovado.

Tive alguns projetos vetados. Um deles foi o Turismo Religioso. propusemos um calendário especial,

porque está crescendo bastante isso no estado. Outros Deputados já tinham apresentado projetos parecidos e aprovados em legislação anterior. Eu queria só regulamentar todos esses. Passou aqui nesta Casa e foi vetado pelo Governador Roberto Requião.

Também apresentei um projeto do Caminho de Peabiru. O próprio Governador Roberto Requião esteve lá no lançamento desse projeto, há anos atrás, só que naquele tempo o PPS era aliado. Ele foi lá, fez discurso dizendo que era maravilhoso. Apresentamos aqui, foi aprovado, inclusive com elogios de alguns Deputados. Entrou lá na caixinha de vetado e o Governador ainda colocou que é contrário ao interesse público. Percebo que é uma perseguição de quem faz Oposição nesta Casa. Será que é por isso que alguns Deputados tiveram que votar no Maurício Requião?

Deputado Marcelo Rangel, quero conversar com V. Exa. sobre nossa posição aqui nesta Casa. Porque o PPS não pode ser perseguido desta forma. Apresentando projeto aqui, sendo aprovado nesta Casa e sendo reprovado pelo Governador Roberto Requião. E depois copiam um projeto da Oposição, como fez com o de V. Exa. É uma vergonha! Claro, a população vai ser atendida, mas não está valorizando o trabalho parlamentar.

Espero que seu pronunciamento tenha eco no estado do Paraná. Como já disse antes: povo do Paraná, atenção!

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, mesmo, Deputado Douglas Fabrício.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Marcelo Rangel, estou aqui há 38 anos. Convivi aqui com todo tipo de Parlamentar.

Quero registrar que V. Exa., com menos de dois anos de mandato, já entra para a história como um dos mais brilhantes Parlamentares com presença nesta Casa. O povo que o elegeu com uma votação maciça está de parabéns e, com certeza, orgulhoso deste trabalho. V. Exa. não faz demagogia. V. Exa. é de uma família que não precisa de uma casa como esta que V. Exa. mencionou. V. Exa. é humano, cristão e dedicou o seu trabalho para sensibilizar, despertando no Governo exatamente aquilo que era seu objetivo: fazer chegar essa moradia para essa população tão necessitada.

Que Deus continue iluminando o trabalho de V. Exa.! Parabéns ao povo do Paraná que na urna elegeu Marcelo Rangel como Deputado Estadual.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Belinati. Não esquecerei nunca suas palavras. Queria dizer à Dona Teodósia Salete Leque que estou muito feliz em saber que um

pouco do nosso trabalho ficou para sua família e para todos os cidadãos do estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Presidente.

(Assentimento)

Permite, Presidente, só para registrar que a Dona Dora d'Aquino, nossa querida artista plástica, está com um trabalho com alguns quadros, que V. Exa. cedeu espaço para ela. É uma batalhadora, uma artista plástica aqui da nossa terra e que vale a pena prestigiar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vale a pena mesmo.

Consulto o Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente, quero fazer uma manifestação muito rápida, até porque o eminente Deputado Antonio Belinati já se pronunciou sobre o assunto, mas não poderia deixar, como londrinense, como representante parlamentar de Londrina, junto com o Deputado Antonio Belinati, de me consternar com o passamento do nosso Tenente-Coronel Dário Natan, ocorrido na noite de ontem, quando se dirigia à capital a trabalho.

De fato, o Deputado Antonio Belinati foi muito cauteloso ao abordar o assunto, mas disse com todas as letras, e é a pura verdade, que o Tenente-Coronel foi vítima de um cidadão embriagado dirigindo um caminhão, que colheu e ceifou sua vida. Uma pessoa extraordinariamente competente. Coincidentemente, ele esteve comigo na última segunda-feira, conversando a respeito dos problemas de segurança da cidade de Londrina, ele, seu Capitão e mais outros servidores da área de Segurança Pública do Estado e do município, mas naturalmente do estado. Estive hoje no velório do nosso Tenente-Coronel e tomei a liberdade de encaminhar à Mesa um voto à sua família nos solidarizando pelo passamento do chefe de família. Estendo esse voto a todos os Deputados, inicialmente ao Deputado Belinati, se quiser ter a iniciativa de conosco assinar, e todos os Deputados.

É uma perda lastimável ao estado do Paraná, porque perdemos um profissional de um caráter e uma formação extraordinariamente grande. Somente aqueles que estão na vida pública sabem quantos anos leva para se formar um profissional desse quilate, e numa área extraordinária em que a experiência diz tudo e é quase tudo, melhor dizendo. Por isso, brevemente ocupando o horário

da Liderança do PMDB, gostaria de registrar esse passamento e, naturalmente, nos solidarizar com toda família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Casa tem o dever de se somar a expressão de V. Exa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 170/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Sr. Superintendente Regional do Estado do Paraná-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, a recuperação asfáltica da rodovia BR-476 - Rodovia do Xisto, no trecho que compreende o Km 143,5 até o Km 154, entre os municípios de Curitiba e Araucária/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 171/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção de uma escola estadual no distrito de Floriano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 172/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção de um hospital no distrito de Iguatemi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 173/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção de um posto do Corpo de Bombeiros no distrito de Floriano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1892, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária no dia de amanhã, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Segundo a nossa assessoria, após o término desta presente Sessão teremos outra Sessão Extraordinária.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussfi, com sede e foro na cidade de Londrina.

Aprovada.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 276/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12590, de 08/06/99, que declarou de utilidade pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi - CEI, com sede e foro no município de Londrina.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/07/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Banda Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá.

Aprovada.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 284/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Banda Musical Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/07/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água, no âmbito do estado do Paraná. COM PARECERES DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CEMA. PARECER FAVORÁVEL À EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede e foro na cidade de Maringá/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/08, de autoria dos Deputados Stephanes Júnior e Elio Rusch, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Evaldo Ulinski. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/08, de autoria do Deputado Dr. Batista institui o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e da CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescer e alterar o dispositivo das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1895, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas dar um pequeno encaminhamento, porque por muitas vezes nos engalfinhamos aqui em um debate

com o Deputado Romanelli. Ele hoje está tendo uma atitude a qual queremos agradecer publicamente. Recebemos o apelo do representante dos Sargentos para que fosse adiado, para fazermos uma Audiência Pública para discutirmos melhor o projeto, que tem avanços importantes para a Polícia Militar. Mas se fizermos e votarmos hoje não teremos a oportunidade, talvez, se necessário for, de aperfeiçoarmos esse projeto. O Líder prontamente aceitou o apelo que fizemos a ele. Quero deixar registrado nos Anais desta Casa, para que a própria Polícia Militar tenha conhecimento desta bela atitude do Líder do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 286/08.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/08, de autoria Ministério Público - Ofício nº 1213/08, cria e transforma cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto contrário, porque entendo que o projeto é extremamente necessário. Eu já havia conversado com o Procurador. Falei há pouco, inclusive, que temos neste projeto 50 cargos que serão de livre provimento. Entendo, por convicção, que todo acesso ao serviço público tem que se dar por concurso público. Na constitucionalidade obviamente votei a favor, tanto na CCJ, como ontem aqui. Mas no mérito, entendo que eu deva votar contrário. Então, estou registrando o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para encaminhar. Entendo que a lógica deste projeto enviado pelo Ministério Público é extremamente interessante, segue aquele mesmo princípio do Tribunal de Justiça. Por isso, encaminhamos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Já procedemos a votação, só registramos o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

Em votação a emenda da CCJ ao Projeto nº 296/08. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1214/08, que dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de junho de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de Rancho Alegre d'Oeste, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/08, de 11/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de Rancho Alegre d'Oeste, com sede e foro no município de Goioerê/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a correta denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública é "Associação de Pro-

teção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre d'Oeste - APMI, bem como, possui sede e foro no município de Goioerê, estado do Paraná. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 136, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 262/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre d'Oeste - APMI, com sede e foro no município de Goioerê, estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual Alvino Schelbauer, com sede e foro no município de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 292/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual Alvino Schelbauer, com sede e foro no município de Rio Negro/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Pratique Esporte, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 293/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de utilidade pública o Instituto Pratique Esporte, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Arayara de Educação e Cultura, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de utilidade pública a Associação Arayara de Educação e Cultura, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/08, de 02/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 299/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública estadual a Associação Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a sigla “AFASO - Curitiba” também compõe a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, a fim de incluir a referida sigla nos dispositivos do presente projeto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 299/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO - Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1893, de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1884, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1886, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1887, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1888, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1894, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1897, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

Requerimento nº 1898, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1899, 1900 e 1901, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1903, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Elio Rusch, Marcelo Rangel e Douglas Fabrício, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296 e 297/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 409/07 e 272/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262 e 299/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262, 299, 155, 264, 265, 292, 293, e 294/08 e do Projeto de Lei Complementar nº 295/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 264 e 265/08 e do Projeto de Lei Complementar nº 295/08.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O		
DIÁRIO Nº 084		Dep. Luiz Claudio Romanelli.....29
7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		Ordem do Dia:
SUMÁRIO		Discussão/Votação
Mesa Executiva 28		2ª Discussão (Votação em).....30
Presenças 28		3ª Discussão31
Abertura da Sessão 28		2ª Discussão31
Expediente:		1ª Discussão31
Requerimentos 29		Requerimentos38
Pequeno Expediente:		Encerramento da Sessão38

DIÁRIO Nº 084

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Chico Noroeste.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Ney Leprevost (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 1904**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) ENIO VERRI

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por três Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 023/08, item 01, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15/07/08.

(a) RENI PEREIRA

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente o Sr. Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Houve aqui um discurso do Deputado Marcelo Rangel e eu estava conversando com a imprensa e não pude ouvir seu pronunciamento. Apenas para esclarecer a opinião pública e os demais Parlamentares, porque fui conversar com o Deputado Marcelo Rangel e ele tem esse esclarecimento. Então, não estou esclarecendo a ele, estou esclarecendo aos demais Parlamentares. Ele questionou o veto que o Governador Requião fez ao projeto de sua autoria, estabelecendo um percentual de 5% para os portadores de necessidades especiais que demanda os programas habitacionais que são realizados pela COHAPAR. Eu inclusive fui favorável a esse projeto, no sentimento de dizer que o projeto consolida, de fato, uma política que já é desenvolvida pela COHAPAR e pudemos desenvolver projetos, e há mais de uma centena, com certeza, que em cada conjunto habitacional foi destinado, quando havia demanda a atender um portador de necessidade especial, se fosse ele naturalmente de uma mobilidade reduzida, não temporária, mas que fosse definitiva. São feitas as rampas de acesso dependendo do tipo de

deficiência, mobilidade que a pessoa tem, construindo a partir de uma lógica que possa atender à família desse portador de necessidade especial.

A COHAPAR já desenvolve o programa? Já. Não só a COHAPAR. Tenho que dizer que já é uma política nacional do Ministério das Cidades desenvolver essa política que possa incluir todas as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Já visitei, além dos projetos que já desenvolvemos, visitei famílias. Soluções fantásticas. V. Exa. conhece o município de Arapoti, recentemente entregamos um conjunto habitacional. Lá, uma unidade habitacional é destinada justamente a uma família portadora de necessidade especial. Sei que V. Exa. sabe disso, mas queria informar aos demais integrantes desta Casa de Leis que ficaram em dúvida sobre esse tema. De qualquer forma quero dizer que apoiei o projeto, porque sou favorável, porque na área de habitação temos que avançar, do ponto de vista institucional, para poder regulamentar bem esse setor, porque entendo que as conquistas que temos que ter nessa área são fundamentais e estruturantes.

Apresentei ontem um projeto, até para poder fazer algumas modificações na gestão do Fundo Estadual de Habitação, porque é necessário que, de fato, consolidemos uma política habitacional para o estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Quero agradecer o pronunciamento do Deputado Romanelli.

Fizemos um questionamento na tribuna a respeito do veto do Governador com relação a este projeto de lei, esta lei que poderia ser implantada em todo o estado do Paraná. Ressaltei inclusive o trabalho de todos os Parlamentares, porque é um trabalho da Assembléia Legislativa, porque foi votado por unanimidade pelos Srs. Parlamentares.

Gostaria de pedir a V. Exa. para, no momento que esse projeto retorne, que consigamos derrubar o veto do Sr. Governador Roberto Requião, para que isso se torne lei em todo o estado do Paraná, beneficiando centenas, talvez até milhares de famílias em todo o nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero comunicar aos Srs. Deputados que amanhã, às 10h da manhã, no plenarinho, teremos Audiência da Secretaria de Estado da Fazenda, referente ao 1º quadrimestre de 2008, que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença do Secretário da Fazenda.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ordem do dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos PRC, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DE SUBEMENDAS.

EMENDA SUPRESSIVA À EMENDA Nº 03 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 023/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafos 1º e 8º, 138 e 141, II, fica separada parte do artigo 5º, parágrafo 2º, do Projeto de Lei nº 023/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 1º

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão devidos no percentual de até 4% (quatro por cento), calculados sobre o saldo devedor consolidado.

I - os honorários de que trata o parágrafo 2º deverão ser parcelados no mesmo número de parcelas concedidas para o pagamento dos débitos de que trata esta lei.”

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

NEREU MOURA - Relator

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 023/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli tem o objetivo de criar o Programa de Recuperação de Créditos das operações de titularidade do estado do Paraná, adquiridos pela privatização do Banco do Estado do Paraná e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, visando tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados. Foram apresentadas três emendas em plenário. A primeira com o objetivo de exigir certidão da escritura pública, na qual deverá constar que o protocolo encontra-se pendente de pagamento, a titularidade do cedente e o montante cedido

em relação ao montante total incontroverso de sua titularidade, a segurança tem o objetivo de suprimir o artigo 16 do Substitutivo Geral da CCJ e a terceira possui a finalidade de incluir a obrigatoriedade dos honorários advocatícios serem parcelados no mesmo número de parcelas concedidas para o pagamento dos débitos de que trata a lei.

Fundamentação

Inicialmente, devemos abordar a cabimento da apresentação das emendas. Com base no inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta Casa, verificamos que as proposições podem ser emendadas em plenário, ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão desde que apoiadas por cinco Deputados: (grifo nosso)

Constatamos que todas as três emendas apresentadas em plenário tiveram o apoio de, no mínimo, cinco Parlamentares. Desta forma, não há óbice regimental à sua apresentação.

Uma vez apurado o cabimento das emendas em plenário, verificamos que a emenda nº 01 é uma emenda modificativa, que possui o escopo de exigir certidão da escritura pública, na qual deverá constar que o protocolo encontra-se pendente de pagamento, a titularidade do cedente e o montante cedido em relação ao montante total incontroverso de sua titularidade. A emenda modificativa é exatamente a apropriada para tal finalidade, de acordo com os parágrafos 4º e 7º do artigo 137 do Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a apropriação que altera outras mas não descaracteriza sua essência.

(...)

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere. (grifos nossos)

Ocorre que a referida emenda determina que, na certidão, deve constar que o protocolo encontra-se pendente de pagamento, quando na verdade o que deve encontrar-se pendente de pagamento é o precatório. Desta forma, sugerimos a subemenda modificativa em anexo, com base no artigo 137, parágrafo 7º, III, do Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

(...)

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação. (grifos nossos)

A emenda nº 02 é uma emenda supressiva, que tem com objetivo suprimir o artigo 16 da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela CCJ. Também encontra respaldo regimental, com base no parágrafo 1º do artigo 137 do nosso Regimento:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifos nossos)

A Emenda nº 03 é uma emenda modificativa que possui a finalidade de exigir que os honorários advocatícios sejam parcelados no mesmo número de parcelas concedidas para o pagamento dos débitos de que trata a lei. Trata-se, mais um vez, de uma emenda ampliativa, encontrando respaldo nos parágrafos 4º e 7º do artigo 137 do Regimento Interno, já anteriormente citados:

No entanto, com a finalidade de separar parte de seu texto, transformando-o em um inciso e assim facilitando sua compreensão, sugerimos uma subemenda supressiva à Emenda de Plenário nº 03, com fulcro no artigo 137, parágrafo 8º do Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso, ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade apresentada pelas emendas de plenário em análise, opinamos pela sua aprovação, na forma das subemendas em anexo.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Tadeu Veneri, Francisco Bühner, Carlos Simões, Reni Pereira, Artagão Júnior e Luiz Claudio Romanelli.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1905, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 023/08.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1213/08, cria e trans-

forma cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1214/08, que dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI de Rancho Alegre D'Oeste, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Famílias em Solidariedade de Curitiba - AFASO, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão. Em votação o projeto **aprovado, artigo por artigo.** Em votação a Emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 363/08, que altera a Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a extinção de Serviço Distrital e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 264/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinto o Serviço Distrital da Alexandra, da Comarca de Paranaguá, alterando o Anexo III,

Tabela 2, Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas, e o Anexo IV, Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 2º Fica incluído no Anexo IX, Tabela 6, Extinção de Serviços Distritais, da lei mencionada no artigo 1º,

o Serviço Distrital de Alexandra, da Comarca de Paranaguá.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/06/08.
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS ANEXO III - TABELA 2					
Nº	Comarca	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital não Município
96	Paranaguá		Paranaguá		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
PARANAGUÁ - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
1ª Vara Cível	
2ª Vara Cível	
1ª Vara Criminal	
2ª Vara Criminal	
Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	
(2) Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
1º Tabelionato de notas	
2º Tabelionato de notas Protesto de títulos	
1º Tabelionato de Protesto de títulos	
Serviço de registro de imóveis	
Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas e o 2º Tabelionato de protesto de títulos	
(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E/OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS - ANEXO IV - TABELA 6

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS ANEXO IX - TABELA 6		
Serviços Distritais	Município	Comarca
Alexandra	Paranaguá	Paranaguá

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a extinção do serviço distrital de Alexandra, da Comarca de Paranaguá, adotando outras providências no âmbito da composição de seus Anexos, visando a expansão da prestação jurisdicional, e em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos, da lei estadual supracitada.

A proposta de extinção do serviço distrital de Alexandra da Comarca de Paranaguá ocorreu através de encaminhamento, formulado pelo Corregedor Adjunto, tendo sido objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 13ª Sessão Ordinária, realizada em data de 13/12/07, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14/12/07.

O Serviço Distrital de Alexandra encontra-se vacante, segundo os registros da Corregedoria Geral da Justiça.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta deste anteprojeto de lei, deverão necessariamente ser publicados juntamente com a redação final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

Cabe salientar que, em decorrência da presente proposta, não haverá despesa às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça, razão pela qual deixamos de anexar à declaração de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 264/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo extinguir o Serviço Distrital de Alexandra, da Comarca de Paranaguá, visando a expansão da prestação jurisdicional.

Fundamentação

Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96

da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no art. 169:

(...)

d) a alteração e organização judiciárias;

No mesmo sentido, a Constituição Estadual estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para, além de alterar a organização das divisões judiciárias, criar e extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos;

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários.

O projeto de lei em análise visa justamente alterar a organização judiciária estadual, extinguindo o serviço distrital de Alexandra da Comarca de Paranaguá e sendo, portanto, revestido de constitucionalidade.

Cabe também ressaltar que o projeto em questão não ocasionará qualquer ônus ao estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas pelo presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 264/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafos 4º e 5º, I, e 141, II, fica modificada a redação dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 264/08, que passam a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam extintos o Serviço Distrital de Alexandra, da Comarca de Paranaguá, o Serviço Distrital de Vista Alegre, da Comarca de Coronel Vivida e o Serviço Distrital de Bragantina, da Comarca de Assis Chateaubriand, alterando o Anexo III, Tabela 2, Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas, e o Anexo IV, Composição do Foro Judicial por Comarca, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo IX, Tabela 6, Extinção de Serviços Distritais, da Lei nº 14277, de 30/12/03, os Serviços Distritais mencionados no artigo 1º desta lei.”

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Discutir**)

Tanto o item 6 como o 7 a súmula é exatamente a mesma. Não sei se tem algum equívoco?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem razão! Na Ordem do Dia a súmula está errada mas o projeto é diferente.

(Lê o item 6 e o item 7)

A súmula do item 7 é diferente, um diz respeito a Comarca de Paranaguá e o outro de Novo Mundo, Comarca de Reserva.

São dois projetos.

Em votação o item 6. Em discussão. Em votação.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 364/08, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a extinção de Serviço Distrital e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 265/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinto o Serviço Distrital de Rio Novo, da comarca de Reserva, alterando o Anexo III, Tabela 2, Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais comarcas, e o Anexo IV, Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 2º Fica incluído no Anexo IX, Tabela 6, Extinção de Serviços Distritais, da lei mencionada no artigo 1º, o Serviço Distrital de Rio Novo, da Comarca de Reserva.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11//06/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III -
TABELA 2

Nº	Comarca	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
	...				
111	Reserva		Reserva	150	José Lacerda
	...				

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
...	
RESERVA - Comarca de Entrância Inicial	
FORO JUDICIAL	
Juízo Único	
Juizado Especial Cível e Criminal	
Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público	
FORO EXTRAJUDICIAL	
Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos	
Serviço de registro de imóveis	
Serviço de registro civil de pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas	
SERVIÇO DISTRITAL	
Serviço distrital de José Lacerda	
...	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
 CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
 EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS - ANEXO IX - TABELA 6

Serviços Distritais	Município	Comarca
...		
Rio Novo	Reserva	Reserva
...		

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a extinção do Serviço Distrital de Rio Novo, da Comarca de Reserva, adotando outras providências no âmbito da composição de seus anexos, visando a expansão da prestação jurisdicional, e em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos, da lei estadual supracitada.

A proposta de extinção do Serviço Distrital de Rio Novo da comarca de Reserva ocorreu através de pedido de providência, encaminhado pelo DD. Corregedor Geral da Justiça, tendo sido objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 4ª Sessão Ordinária, realizada em data de 05/06/07, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14/03/08.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta deste anteprojeto de lei, deverão necessariamente ser publicados juntamente com a redação final da lei, vez que é parte integrante da mesma.

Cabe salientar que, em decorrência da presente proposta, não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça, razão pela qual deixamos de anexar à declaração de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo extinguir o Serviço Distrital de Rio Novo, da comarca de Reserva, visando à expansão da prestação jurisdicional.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre-se ressaltar que quando se tratar de alteração legislativa verificamos a *priori* qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que, de acordo com o artigo 96 da Constituição da República, o Tribunal de Justiça detém a competência privativa para propor ao Poder Legislativo a alteração e organização judiciárias. Vejamos o artigo 96, inciso II, alínea “d” da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

d) a alteração e organização judiciárias; (grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição Estadual estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para, além de alterar a organização das divisões judiciárias, criar e extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários. Vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos;

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários. (grifos nossos)

O projeto de lei em análise visa justamente alterar a organização judiciária estadual, extinguindo o serviço distrital de Rio Novo da Comarca de Reserva, fato este constitucional, conforme estabelece os artigos supracitados.

Cabe também ressaltar que o projeto em questão não ocasionará qualquer ônus ao estado, não ficando sujeito aos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ainda, constatamos que o projeto em análise não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade apresentada pelo projeto de lei ora analisado, opinamos pela sua aprovação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 265/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafos 4º e 5º, I, e 141, II, fica modificada a redação dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 364/08, que passam a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam extintos o Serviço Distrital de Rio Novo, da Comarca de Reserva, o Serviço Distrital de Coronel Firmino Martins, da Comarca de Clevelândia e o Serviço Distrital de Panema, da Comarca de Santa Mariana, alterando o Anexo III, Tabela 2, Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas, e o Anexo IV, Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo IX, Tabela 6, Extinção de Serviços Distritais, da Lei nº 14277, de 30/12/03, os Serviços Distritais mencionados no artigo 1º desta lei.”

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 295/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1198/08, que cria, no âmbito do Ministério Público do Paraná, o cargo de Subprocurador Geral da Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto em exame altera a lei orgânica do Ministério Público Estadual, Lei Complementar nº 085/99, criando ainda o cargo de Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional.

Fundamentação

Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No

referido caso, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual, o Ministério Público tem tal prerrogativa para legislar, conforme determina a Constituição Federal e a Estadual, em seu artigo 127, parágrafo 2º e 114, parágrafo 2º, respectivamente, a saber:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (destaques nossos)

Ainda, a Constituição Estadual preconiza:

Art. 118. Lei complementar, cuja iniciativa é facultada ao Procurador Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observadas, quanto a seus membros:

Assim, tendo em vista que o Ministério Público possui competência para dispor sobre a organização e estruturação interna, bem como para criar ou extinguir cargos e demais estruturas administrativas, sua legitimidade está em perfeita conformidade.

Muito embora perfeita a legitimidade, há que se observar o princípio constitucional que norteia o processo legislativo como um todo, o do Paralelismo das Formas, ou seja, os mesmos mecanismos constitucionais utilizados para sua criação serão aplicados para alterações posteriores. Nesse sentido, a presente proposta de projeto de lei ordinário pretende alterar lei complementar, o que se torna inviável juridicamente. Por essa razão, para não eivarmos de inconstitucionalidade a presente proposta, tem que haver a alteração de projeto de lei ordinária passando para projeto de lei complementar, sujeitando-se ao quórum específico para tanto.

No que tange à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98:

Art. 9º. A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Dessa forma sugerimos para tanto a adoção da emenda supressiva em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto nº 295/08 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais com relação à legitimidade da propositura. Porém, deve ser transformado em projeto de lei complementar, para que se tornem viáveis as pretendidas alterações da lei orgânica do Ministério Público, Lei Complementar nº 085/99. Por fim, deve adotar a emenda supressiva em anexo, para corrigir o defeito apresentado com relação ao artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, e assim sendo, adotadas essas providências concluiremos por sua aprovação, na forma das emendas anexas.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 295/08

Fica alterado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 295/08, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O artigo 20 da Lei Complementar nº 085, de 27/12/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 O Procurador Geral de Justiça será substituído nos casos de afastamento, impedimento e suspeição, pelo Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos, pelo Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos ou pelo Subprocurador Geral para Assuntos de Planejamento Institucional, sucessivamente, cujas funções serão exercidas, por delegação, por Procuradores de Justiça escolhidos livremente pelo Procurador Geral de Justiça.”

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 295/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, tem como escopo a alteração de sua Lei Orgânica, no sentido de instituir o cargo de Subprocurador Geral de Justiça, bem como concedendo, para quem exercer tal cargo, uma gratificação de direção correspondente a 10% do subsídio destinado ao respectivo cargo.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada, visto que é acompanhado de

planilha de custo, bem como prevê que tais custos correm por conta das dotações orçamentárias do órgão.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15/07/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1904, de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira,

dia 16, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 262 e 299/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 264 e 265/08 e do Projeto de Lei Complementar nº 295/08.

Lembrando os Srs. Deputados que amanhã teremos a votação da LDO para encerrarmos e aprovarmos o nosso período de recesso.

Levanta-se a Sessão.

